



República de Angola

--- «» ---

Instituto Superior de Ciências da Educação

--ISCED--

LUANDA



**O ENSINO DE HISTÓRIA DE ANGOLA NA
FORMAÇÃO TEOLÓGICA-MISSIONÁRIA DOS
PASTORES NO SEMINÁRIO TEOLÓGICO
BAPTISTA “STB”**

Por:

Manuel Tungo Cazo

Orientador: Dinis Kebanguilako, PhD

**Dissertação apresentado como requisito para obtenção de grau de
Mestre em Ensino de História de Angola**

Luanda / 2022

Manuel Tungo Cazo

**O ENSINO DE HISTÓRIA DE ANGOLA NA FORMAÇÃO
TEOLÓGICA-MISSIONÁRIA DOS PASTORES NO SEMINÁRIO
TEOLÓGICO BAPTISTA “STB”**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciências de Educação no Instituto Superior de Ciências da Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História em Angola

Orientador: Dinis Kebanguilako, Ph.D.

Luanda – 2022

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e meus
irmãos.

À Maza Cazo e aos nossos
filhos, com muito amor e
carinho.

AGRADECIMENTOS

Para chegarmos ao resultado final deste trabalho, recebemos de muita gente e de muitas instituições apoio material, moral e até financeiro em alguns casos. Não queremos contudo mostrarmo-nos ingratos por tudo quanto recebemos. Mas, ainda assim, corremos o risco de esquecer de mencionar algumas pessoas, por isso, antecipadamente pedimos as nossas sinceras desculpas. Para aquele que não foi mencionado no trabalho, saiba que o seu nome está inscrito no meu coração, um lugar onde jamais será apagado.

Seja ao eterno Deus o Soberano e ao seu filho Unigênito Cristo Jesus pela graça e honra rendida ao dom da vida.

Ao meu orientador Professor Doutor Dinis Kebanguilako, um agradecimento especial pelas observações, paciência, sacrifício, dedicação e entrega que deu na elaboração do trabalho.

Expresso a minha profunda gratidão ao Reitor do Seminário Teológico Baptista, Rev^o. Lutonadio Eduardo, ao secretário académico Rev^o. Matumona Lunfuankenda e ao Rev^o. Daniel Ntoni Nzinga pela atenção que me deram na construção deste trabalho.

Os nossos agradecimentos são extensivos para todos os professores que contribuíram para a construção do meu conhecimento, à Professora Doutora Maria da Conceição Neto, ao Prof. Doutor Alberto Nguluve, Prof. Doutor Tiago Caungo Mutombo, Prof. Doutor Laurindo Viera e à Professora Doutora Adelina de Kandingi.

Aos meus colegas: Hélder Pascoal (agradeço pela camaradagem e amizade), João Mabuaka, aos meus delegados Ana Cuti e Salomão Mpanzo, António Cortez, António Sebastião Lino, mais velho Sebastião Falo, Ernesto Ualya Chingando, Simão Soneca, João Ngoma, Raúl Delfino Armindo, Tia Odeth, Adão Manuel, pelo espírito de equipa e camaradagem que demonstraram.

Ao Instituto Nacional de Gestão de Bolsas e à juventude organizada do MPLA, na pessoa da Camarada primeira secretaria provincial da JMPLA de Luanda Hemingarda Fernandes e do camarada Pinto Kussinala pelo apoio dado.

Aos meus irmãos, Manuel Malula Pedro, António Massuegue, Sofia Simão, Verónica Simão, Paxi Simão Cazo e Ninga Sofia pelo apoio, amizade e companheirismo e a Maza Cazo (esposa), aos nossos filhos e a toda família pelo apoio recebido.

Aos meus amigos, Alberto Mbuko, Dinis de Carvalho, Professor Arão Donana Chingala (mestrando), Professor Alfredo Senda, Menakuanzambi Dialumpini, Domingas Mateus, Kinavuidi André, Mestre Miguel Pindi, Rafael Manzongani, Ernesto Ditutala pela amizade e companheirismo.

Gostaria de agradecer a minha Directora Astre Pacheco, os meus colegas do MED Uíge, o Mestre Júlio Alberto e o Presidente do Instituto Superior Politécnico Intercontinental de Luanda, Prof. Dr. Samuel Wassuka.

A todos quanto contribuíram para a realização deste trabalho.

EPÍGRAFE

“A compreensão da cultura local é um elemento de extremo valor para a comunicação do evangelho de Cristo” (Ronaldo Lidório).

RESUMO

A Igreja Evangélica Baptista em Angola é uma obra realizada pela Sociedade Missionária Baptista, existe a 143 anos ao serviço contínuo da evangelização e 44 anos de expansão em todo território nacional, para preparar os membros vocacionados no mistério pastoral, em 1977 cria-se uma instituição de formação teológica e bíblica de qualidade aos vocacionados, visando capacitar os quadros eclesiásticos e prepará-los a fim de responder as expectativas da igreja e da sociedade, porque a saúde da igreja depende que os seus pastores permaneçam como teólogos, a vocação do pastor é, inerentemente teológica, pelo facto de que o pastor precisa ser professor da palavra de Deus, respeitar a leitura, o ensino, a pregação e o estudo das sagradas escrituras. A formação torna-se proeminente porque no STB foi incluído no seu plano de estudos a área das Ciências conexas (onde podemos incluir História de Angola) que fornece aos pastores um conjunto de conhecimentos sobre factos, tempo, ocorrências, a vida da igreja, as localidades e suas respectivas línguas, cultura, diferentes processos históricos angolanos que a igreja participou desde 1977 até hoje. Durante o exílio muitos quadros eclesiásticos foram formados nas várias instituições bíblica e teológica do Congo, Camarões e Reino Unido. Através da aprendizagem da História, o seminarista adquire o domínio de métodos de análise de situações sociais, o desenvolvimento do rigor de pensamento e do sentido crítico das coisas. A história ajuda o seminarista a compreender melhor a sua época, a si próprio e os outros. O presente trabalho visa estudar, analisar, avaliar e ordenar de forma lógica, científica e metodológica os conteúdos de História de Angola que devem contribuir para a formação dos seminaristas no Seminário Teológico Baptista. Para se atingir os objectivos preconizados foram realizadas algumas entrevistas que permitiram a elaboração de um programa de ensino de História de Angola para as Instituições de Ensino Superior Teológico em Angola. De 1977 a 2020 o Seminário Teológico Baptista já formou um número aproximado de 188.

Palavras-chave: *Ensino, História de Angola, Teologia, Missionário e Pastor*

ABSTRACT

The Evangelical Baptist Church in Angola is a work carried out by the Baptist Missionary Society, exists for 143 years at the continuous service of evangelization and 44 years of expansion throughout the national territory, to prepare members vocationed in the pastoral mystery, in 1977 an institution was created of quality theological and biblical formation for those who are vocations, aiming to train ecclesiastical cadres and prepare them in order to respond to the expectations of the church and society, because the health of the church depends on its pastors remaining as theologians, the pastor's vocation is , inherently theological, due to the fact that the pastor needs to be a teacher of the word of God, to respect the reading, teaching, preaching and study of the sacred scriptures. Training becomes prominent because at the STB the area of related sciences (where we can include History of Angola) was included in its study plan, which provides pastors with a set of knowledge about facts, time, occurrences, the life of the church, the localities and their respective languages, culture, different Angolan historical processes in which the church has participated from 1977 until today. During the exile many ecclesiastical cadres were formed in the various biblical and theological institutions of Congo, Cameroon and the United Kingdom. Through the learning of History, the seminarian acquires the mastery of methods of analysis of social situations, the development of the rigor of thought and the critical sense of things. History helps the seminarian to better understand his time, himself and others. The present work aims to study, analyze, evaluate and order in a logical, scientific and methodological way the contents of the History of Angola that should contribute to the formation of seminarians at the Baptist Theological Seminary. In order to reach the recommended objectives, some interviews were carried out that allowed the elaboration of a teaching program on the History of Angola for Higher Theological Education Institutions in Angola. From 1977 to 2020 the Baptist Theological Seminary has formed an approximate number of 188.

Keywords: Teaching, History of Angola, Theology, Missionary and Pastor

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1- Plano Curricular do 1º ano do curso de Licenciatura em Teologia.....	23
Tabela 2- Plano Curricular do 2º ano do curso de Licenciatura em Teologia.....	24
Tabela 3- Plano Curricular do 3º ano do Curso de Licenciatura em Teologia	25
Tabela 4- Plano Curricular do 4º ano do curso de Licenciatura em Teologia.....	25
Tabela 5- Pastores formados em Kalambata, Escolas Bíblicas e Institutos Teológicos no Congo/Zaire.....	35
Tabela 6- Estrutura física do STB	37
Tabela 7- Percurso histórico dos reitores do STB	38
Tabela 8- Actual composição da Reitoria.....	39
Tabela 9- Relação nominal dos Professores do STB.....	39
Tabela 10- Pastores formados de 1977 - 2010	40
Tabela 11- Relação nominal dos seminaristas actual no STB - 2022	42
Tabela 12- Quadro das etnias representadas em Angola.....	60
Tabela 13- Caracterização da Disciplina	69
Tabela 14- Temas organizadores.....	72
Tabela 15- Distribuição das horas lectivas	73
Figura 1-Tipos de teologia sistemática.....	30
Figura 2- Os primeiros Pastores ordenados.....	LXXXIX
Figura 3- Finalista do Ano Académico 1988 – 1989.....	LXXXIX
Figura 4 - Finalistas do Ano Académico 1991 – 1992.....	LXXXIX
Figura 5 –Finalistas do Ano Académico 1995 – 1996	XC
Figura 6 - Finalistas do Ano Académico 1998 – 1999	XC

Figura 7- Pastores:	XC
Figura 8- Finalistas do Ano Académico 2006 – 2007	XCI
Figura 9- Actual instalação do Seminário Teológico Baptista “STB”	XCI
Figura 10 – Refeitório do “STB”	XCII
Figura 11 – Sala de aula e Campus de alojamento do “STB”	XCII

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEBAC – Associação dos Critãos de Angola no Congo

ACEBA – Associação das Igrejas Baptistas no Exílio

ADEBCO – Igrejas Baptistas no Congo

AEM – Aliança Evangélica Mundial

AT – Antigo Testamento

BMS – Sociedade Missionaria Baptista

EBBF – Igreja Baptista do Baixo-Rio

FATEFÉ – Faculdade de Teologia da Fé Reformada do Brasil

IBB – Instituto Bíblico Baptista

IEBA – Igreja Evangélica Baptista em Angola

ISCED – Instituto Superior de Ciências da Educação

ITP – Introdução à Teologia Prática

ITPE – Instituto de Treinamento de Professores Evangelistas

KETI – Instituto de Treinamento de Evangelistas de Kimpesse

MEA – Missão Evangélica de Angola

NT – Novo Testamento

RDC – República Democrática do Congo.

REVº. – Reverendo

SMB – Sociedade Missionária Baptista

STB – Seminário Teológico Baptista

TS – Teologia Sistemática

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	III
AGRADECIMENTOS	IV
EPÍGRAFE	VI
RESUMO.....	VII
ABSTRACT	VIII
LISTA DE TABELAS	IX
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XI
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: O ENSINO DE HISTÓRIA	19
1.1. O Ensino de História para Seminaristas	26
1.2. Formação Teológica para Pastores	30
1.3. Seminário Teológico Baptista “STB”	34
1.3.1. Carreira do pastor após a Formação na IEBA	44
1.3.2. Tarefas do Pastor	45
1.3.3. Direitos fundamentais do Pastor	45
1.3.4. Deveres fundamentais do Pastor	46
CAPÍTULO II – ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA HISTÓRIA DE ANGOLA PARA A FORMAÇÃO DE SEMINARISTAS/PASTORES.....	47
2.1. Periodização de História de Angola	47
2.2. Igreja em Angola	50
2.2.1. Implantação da igreja em Angola (1482 - 1915).....	50
2.2.2. Implantação da Sociedade Missionária Baptista (BMS)	51
2.3. Cultura, etnias e línguas de Angola	53
2.3.1. A Religião.....	55

	13
2.3.2. O Símbolo.....	56
2.3.3. Etnia.....	58
2.4. Os espaços socioculturais de Angola.....	59
CAPÍTULO III – PROPOSTA DIDÁCTICA DO PROGRAMA DE HISTÓRIA DE ANGOLA PARA O STB	62
3.1. Organização do programa de História	62
3.2. Programa de História no Ensino Geral	64
3.3. O lugar da História de Angola no currículo para a formação de Pastores no STB .	67
3.4. Proposta didáctica do Programa de História de Angola	68
3.4.1. Finalidade de Ensino da História de Angola	69
3.4.2. Objectivos Gerais da Disciplina	69
3.4.3. Objecto de Estudo da Disciplina e Tarefas.....	70
3.4.4. Sugestões Metodológicas	71
3.4.5. Temas, Organização e Meios de Ensino.....	72
3.4.6. Sistema de avaliação.....	76
CONCLUSÕES.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
Anexos.....	LXXXII
Anexo – I - Guião de entrevista nº 01	LXXXIII
Anexo – II - Guião de entrevista nº 02	LXXXIV
Anexo – III – Bibliografias por tema:	LXXXV
Anexo – IV – Fotos:	LXXXIX
Anexo – V – Código de Ética Pastoral	XCIII

INTRODUÇÃO

A Igreja Evangélica Baptista em Angola, existe a 143 anos ao serviço contínuo da evangelização, é uma obra realizada pela Sociedade Missionária Baptista – B.M.S¹, os primeiros Missionários da B.M.S. chegaram a capital do antigo Reino do Kongo (Mbanza-Kongo) no dia 30 de Junho de 1878, depois de um grande trabalho de ensino e evangelização, a igreja expandiu-se de 1899, 1904 a 1922, criando outras missões como a de Kibokolo, de Bembe e de Etunda – Huambo.

Estas Missões² Evangélicas Baptistas dedicavam-se às obras de educação e saúde. Por motivos de várias ordens e com a eclosão da guerra de Libertação Nacional a obra foi paralisada e, depois da independência do país, em 1977 a Missão Evangélica Baptista realizou a sua 1ª Assembleia-geral na cidade do Uíge, em Julho do mesmo ano após a realização da Assembleia-geral a igreja reorganiza-se no país, com o nome Igreja Evangélica Baptista em Angola e fundou o Instituto Bíblico Baptista – IBB para educação bíblica e teológica dos ministros ordenados. A igreja está a 44 anos da sua expansão em todo território nacional de Angola.

Havendo a necessidade de continuar com a missão de ensinar e educar para que todos conheçam Deus e aumentem a compreensão e o entendimento do homem, evangelizar através da proclamação da boa nova da salvação em Jesus Cristo e trabalhar em serviços sociais a IEBA apostou na formação dos seus ministros ordenados³, e um dos requisitos para ordenação de Pastor e Evangelista é ter no mínimo 2 a 3 anos de preparação teológica.

Por razões de várias índoles, como falta de estrutura física, logística, materiais didácticos, professores e a intensa guerra civil levou o encerramento do IBB e a sua transferência para Luanda em 1987. Por motivos de reformulação dos programas curriculares e a implementação do curso médio em 1991 o IBB passou a ser chamado de Seminário Teológico Baptista (STB), atendendo a dinâmica e as necessidades da igreja, em 2005 o STB começou a ministrar o Curso Superior de Teologia.

¹ Baptist Missionary Society

² Missões são os actos de enviar ou ser enviado, como também pode ser desempenho de um dever, para os cristãos, Missão significa propagar o Evangelho através da Igreja.

³ Idem. Ver Constituição da IEBA art. 19. 2007 (Ministros ordenados Pastor, Evangelista e Diácono)

Com a reforma do plano curricular do STB implementou-se a área do saber das ciências conexas, que é composta pelas seguintes disciplinas: Filosofia, Sociologia, Antropologia, História da Igreja e da Religião, Pedagogia, Gestão e Administração, Informática, Metodologia de Investigação Científica, Estatística e Saúde.

O Seminário Teológico Baptista (STB), por índole, é uma instituição de formação teológica e bíblica de qualidade aos vocacionados, visando capacitar os quadros eclesiásticos e prepará-los a fim de responder as expectativas da igreja e da sociedade. A formação torna-se proeminente pois é ministrada dentro da realidade do nosso país, respeitando a nossa cultura e os nossos povos.

O plano de estudo do STB inclui várias áreas do saber, para o nosso trabalho nos interessa as finalidades das áreas das Ciências conexas e da Teologia Histórica que fornece aos pastores um conjunto de conhecimentos sobre ocorrências, a vida da igreja, o tempo, as localidades e suas respectivas línguas, cultura, diferentes processos históricos angolanos que a igreja participou desde 1977 até hoje. Uma visão global e abrangente da igreja quanto a nação angolana e a sua unidade, sendo que o pastor trabalha com vários povos de grupos étnicos e linguísticos diferentes, que estão unidos na busca de um ser divino, por isso, deve conhecer essa realidade.

A formação visa capacitar os pastores a fim de responder as expectativas da igreja e da sociedade, nesta conformidade interessa-nos saber, como as ciências conexas podem ajudar no alcance das finalidades traçadas se o curso é ministrado na nossa realidade?

Na qualidade de membro da Igreja Evangélica Baptista em Angola e mestrando em Ensino de História de Angola, sentimo-nos motivados para a elaboração do presente trabalho de investigação científica, para a obtenção do grau académico de Mestre, uma vez que a temática está ligada à nossa área de formação. Entretanto, na tentativa de procurar uma resposta para a questão, realizou-se um trabalho didáctico e metodológico que envolveu a maior parte possível o processo histórico angolano. Não nos propusemos elaborar um programa específico de História de Angola, mas sim, estudar, analisar, avaliar e ordenar de forma lógica, científica e metodológica, os conteúdos de História de Angola ministrados por intermédio das ciências conexas e propor a inclusão de uma disciplina autónoma de História de Angola com conteúdos locais para contribuir na

formação dos pastores. Por esta razão, o tema do presente trabalho intitula-se, “o Ensino de História de Angola na formação Teológica-Missionária dos Pastores no STB”.

A temática em estudo remete-nos à definição da problemática da investigação. A questão, inicialmente apresentada é: Que conteúdos de História de Angola são ministrados nas cadeiras das ciências conexas no STB?

Este problema central remete-nos à definir questões norteadoras do nosso problema:

- 1) Qual é o contributo do Ensino de História de Angola na formação Teológica-missionária no STB?
- 2) Quais são as insuficiências dos conteúdos de História de Angola nas ciências conexas no programa de formação Teológica-missionária no STB?
- 3) Que enquadramento temático e metodológico de História de Angola se pode fazer nas ciências conexas do plano curricular do STB?

O objecto de estudo deste trabalho é o “*conteúdo de História de Angola ministrado nas ciências conexas do plano curricular do STB*”. O presente trabalho tem como objectivos:

Objectivo geral:

- Analisar os conteúdos da História de Angola ministrados na formação Superior Teológica-missionária no Seminário Teológico Baptista “STB”.

Objectivos específicos:

- Explicar o contributo do ensino de História de Angola na formação Teológica-missionária dos pastores;
- Demonstrar as insuficiências dos conteúdos de História de Angola das ciências conexas no programa de formação Teológica-missionária no STB?
- Propor a implementação de novos temas de História de Angola no programa de formação Teológica-missionária no STB.

A presente investigação é elaborada com base numa abordagem qualitativa e interpretativa, assente em entrevistas à pastores e estudantes⁴ do STB, e procura clarificar o papel da História de Angola na formação de teólogos e pastores angolanos. Adoptou-se de uma abordagem qualitativa, na medida em que esta investigação se desenvolve na área de ensino de História de Angola. Segundo Rampazzo (2004, p.53), o modelo qualitativo inicia-se com um estudo de caso de um certo número de casos individuais, quantifica factores segundo um estudo típico.

A pesquisa usada é a descritiva e explicativa, observa, regista, analisa e relaciona factos ou fenómenos (variáveis) sem os manipular, ela procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenómeno ocorre, (Cervo e Bervian 2002, p. 20). Usamos também a pesquisa bibliográfica, que se desenvolveu mediante um materiais já elaborados, constituídos principalmente por livros e artigos científicos. Os conteúdos de História de Angola para a formação teológica dos seminaristas vão do século XIX a século XXI comportando vários períodos com diferentes características socioculturais. Por isso, cada conteúdo tem uma determinada bibliografia específica e as fontes escritas sobre a História de Angola são muito diversificadas por autores, daí a necessidade de se adequar os conteúdos aos tipos de bibliografias.

Procurou-se o aprofundamento da realidade específica indo ao Seminário Teológico Baptista, e realizou-se a observação directa das actividades do grupo estudado e as entrevistas com os informantes para captar as devidas explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade estudada. A população em estudo são todos os seminaristas formados pelo Seminário Teológico Baptista e fazem parte da amostra os estudantes do primeiro ao quarto ano académico do Curso de Teologia.

Nesta pesquisa foi utilizada a amostragem probabilística aleatória simples, onde cada elemento da população teve a mesma probabilidade de ser seleccionado para fazer parte da amostra.

⁴ Os estudantes do seminário são chamados de seminaristas que é o substantivo masculino, os alunos do seminário, estabelecimento religioso que prepara os jovens para a vida eclesiástica.

O trabalho está estruturado em três capítulos antecidos de uma introdução e termina com as conclusões e recomendações. No primeiro capítulo, que se intitula “O Ensino de História” procurou-se fazer uma fundamentação teórica e análise de conceitos como Ensino de História, planificação de aula, formação teológica, teologia sistemática, carreira pastoral e tarefas do pastor.

O segundo capítulo tem como título “aspectos fundamentais da História de Angola para a Formação de Seminaristas/Pastores”. Neste capítulo, o principal, e que dá corpo a este trabalho, procurou-se fazer análise dos conteúdos de História de Angola que consideramos essenciais para a formação dos seminaristas do STB, agrupou-se 4 (quatro) temas-chave, tendo cada qual um número variado de subtemas, abordou-se sobre a Periodização de História de Angola, Igreja em Angola, Implantação da igreja em Angola (1482 - 1915), Implantação da Sociedade Missionária Baptista (BMS), Cultura, etnias e línguas de Angola e os espaços socioculturais de Angola.

O terceiro capítulo tem como título “Proposta Didáctica do Programa de História de Angola para STB”, no qual apresentou-se uma proposta didáctico-pedagógica para a inclusão de conteúdos de História de Angola nos programas das ciências conexas do plano curricular da formação teológica no STB.

O trabalho termina com a apresentação das conclusões e de algumas recomendações bibliográficas.

CAPÍTULO I: O ENSINO DE HISTÓRIA

A História faz-se com documentos⁵ (RIBEIRO, 2011, p. 8), na ausência dos documentos muitos dos problemas que o professor de História poderia levantar ficariam sem solução e sem resposta, por falta de documentos adequados. Não nos é possível alcançar o passado directamente, mas só, mediante os traços inteligíveis, só se ensina a História que foi vivida no passado por homens, não existe previsão em história, a história fundamenta-se em factos históricos e fontes.

O objecto de estudo da História é a realidade histórica (PROENÇA, 1992, pp. 94-95), uma realidade humana, particular e passada, que só poderemos conhecer através de testemunhos por meio de utilização de fontes de Ensino da História.

A história é vida (PROENÇA, 1992, p. 93). Dá-nos uma nova visão e ajuda-nos a compreender o mundo em que vivemos, por isso, a disciplina terá de ser, para o aluno, um meio para a compreensão do mundo em que se vive, fornecendo-lhe uma perspectiva crítica da realidade que o cerca. Já o papel do professor de História é insubstituível, porque ele trabalha com as fontes e faz o cruzamento de fontes (RIBEIRO, 2011, p. 9), o historiador trabalha com uma datação precisa e os documentos são seleccionados em função de uma problemática, a iniciativa não pertence ao documento, mas a questão colocada pelo historiador.

O Ensino de História hoje tem provocado grandes debates entre os estudiosos e os docentes quando se trata do papel que esta tem na formação do indivíduo, se considerarmos a História apenas como uma forma de investigar o passado da humanidade, passado este que é descrito de forma narrativa, uma História positivista e factual aceite por todos, poderemos não ver nela um grande papel na formação do homem. Mas se tomarmos em conta que hoje a História é cada vez mais problematizadora, interpretativa, sociológica, filosófica, aí se pode reconhecer nela um papel primordial na formação de valores (KEBANGUILAKO, 2009, p. 18)

⁵ Vestígios e fontes

Kebanguilako (2009, pp. 18-23) apresenta duas correntes que defendem a existência de valores com Ensino da História:

- 1) A primeira corrente é que defende a ideia de que deve se forçar o formando a adoptar valores universalmente aceites para que se possa formar nele uma certa integridade.
- 2) A segunda corrente é que defende a promoção dos valores persuadindo que o formando aceite determinados valores escolhidos por ele próprio.

O autor clarifica e apoia que a ciência histórica contemporânea usa o método mais eficiente na formação dos valores do indivíduo que é clarificar, explicar, transmitir o significado dos valores aos formandos, deixando que cada indivíduo possa, dar sua própria análise, construir individualmente, primeiro escolher, os seus valores e depois, os valores universais (KEBANGUILAKO, 2009, pp. 18-23).

Através da aprendizagem da história, o aluno adquire o domínio de métodos de análise de situações sociais, o desenvolvimento do rigor de pensamento e do sentido crítico das coisas (PROENÇA, 1992, p. 92), a aprendizagem da História ajuda o aluno a compreender melhor a sua época, a si próprio e aos outros. Ao ensinar a história é essencial o programa, mas devemos procurar saber se estamos ou não a atingir as finalidades do ensino da história, se não se orientou o ensino no sentido de se atingir as finalidades do nível que se leciona, o programa não está cumprido, mesmo que se tenham transmitidos todos os conteúdos nele referidos, a necessidade de planificarmos o Ensino de História.

O Ensino de História é dinâmico e sistemático, deste modo a planificação é essencial. A planificação é entendida como um dos elementos essenciais no Processo de ensino-aprendizagem, não é um conceito novo, percebe-se que muitos são os estudiosos que apresentam conceitos ou abordagens diferentes quanto ao conceito, mas no entanto, têm todos o mesmo desígnio.

Para o efeito, recorremos a autores como M. Zabalza, Claudino Piletti e o José C. Libâneo, pelo facto de que estes apresentem abordagens destacando a planificação como

sendo um processo que visa antecipar a acção com a pretensão de alcançar determinados objectivos.

Para a compreensão da dimensão do conceito de planificação e da complexidade existente no processo de elaboração de um plano, recorremos a Zabalza, por sua vez, ressalta que:

“A planificação é um fenómeno de planejar, de algum modo as nossas previsões, desejos, aspirações e metas num projecto que seja capaz de representar, dentro do possível, as nossas ideias acerca das razões pelas quais desejaríamos conseguir, e como poderíamos levar a cabo, um plano para concretizar” (ZABALZA, 1992, p. 47)

Entendemos que a planificação é um processo que culmina com um plano e como tal, ela envolve um conjunto de etapas que começam com a identificação do problema, posteriormente deve-se continuar com o desenvolvimento de alternativas, seleccionando os mais adequados e convenientes. Planificar implica ter um ou vários objectivos a cumprir, juntamente com as acções requeridas para que esses objetivos possam ser alcançados.

Segundo Piletti *“Planificar é estudar. É assumir uma atitude séria e curiosa diante de um problema”* (PILETTI, 2004, p. 61).

Assim, o Piletti deixa claro que a planificação procura compreender por meio da reflexão o problema de uma determinada realidade e, para que isto aconteça é, importante primeiramente saber quais as suas intenções, aquilo que se pretende alcançar e, obviamente que encontrarás dificuldades (problemas) ao dirigir-se até ao seu destino, é a partir daí que terás de estudar e decidires sobre a melhor forma de ultrapassar tal dificuldade, sendo essa é a missão do professor.

Os dois autores convergem em termos de ideias quando defendem que a planificação é um momento de reflexão da acção que se pretende implementar. Este processo reflexivo culmina com um plano. Diante disto, pode-se afirmar que os planos não são nada; o que conta é a planificação.

No campo da educação, a planificação é definida como *“um processo de racionalização, organização e coordenação da acção docente, articulando a actividade escolar e a problemática do contexto”*. (LIBÂNEO, 2006, p. 222)

Neste contexto, a planificação da educação formal não é um momento, mas sim um conjunto de momentos que envolvem reflexões com vista a tomada de decisões, arrumando as acções daquele que dinamiza o ensino, o professor, de uma forma interligada, conectando-os com as actividades da escola e aos problemas sociais.

Não concordamos quando o autor diz que “(...) *organização ou coordenação da acção docente (...)*” fazendo perceber que este processo, o da planificação, apenas visa prever e arrumar acções do professor, defendemos que também devem ser levadas em conta a acção dos alunos, propondo actividades e métodos que permitam a participação activa dos alunos na construção do conhecimento.

Há um elemento que se acha positivo na definição que se apresentou, que é o facto de o autor incentivar que ao se planificar deve-se ter em atenção às actividades escolares e os problemas da sociedade em que se está inserida⁶ (Angola), se não se tiver em atenção estes aspectos o plano será simplesmente um instrumento burocrático, isto é, estar-se-á apenas a preencher formulários para o controlo administrativo, que em termos práticos não terá utilidade nenhuma.

Quanto às tipologias de planificação há unanimidade entre os autores consultados, poderão diferir simplesmente nos termos, mas as características dos mesmos são praticamente iguais. Por exemplo, a Maria Cândida Proença e o Fernando Diogo usam os termos: *planificação a longo, a médio e a curto prazo*, para indicar a planificação de ensino. Optou-se por estas denominações por se adequarem aos objectivos do trabalho e à realidade educativa angolana.

Nestes termos, na área de Educação existem os seguintes tipos de planificação:

“Planificação Educacional; Planificação de Currículo e a Planificação de Ensino, estas por sua vez, desdobram-se em três tipos: Planificação de Curso, Planificação de unidade didáctica e a Planificação de aula.” (Nerci, s/d., 140).

⁶ Libâneo (2006, p. 222) Fala da flexibilidade dos planos escolares em problematizar alguns temas do contexto que não constam da planificação podem ser ministrados em aulas transversas para facilitar a contextualização de certos assuntos novos e problemas reais da sociedade.

A planificação que será tratada ao longo do trabalho é uma planificação curricular, que vai ser abordado como um programa de actividades planificadas, porque segundo o Sacristán (2000, pp. 13-20) o currículo é uma realidade prévia muito bem estabelecido através de comportamentos didácticos, políticos, administrativos e económicos, não é um conceito, mas uma construção, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

O STB por ser um seminário destinado à formação de pastores de diversas igrejas e denominações cristãs, não se limitou à mera formação doutrinal. Ela deixou-se ao diálogo com as diversas pesquisas e inovações sobre religiosidade e religiões, e elaborou um plano curricular do curso de Teologia. Um programa que proporciona disciplinas, valores e conteúdos para o curso. A intenção é propor conteúdos de Histórias de Angola para as ciências conexas (disciplina História) para apresentar aos seminaristas as actuais transformações e recomposições da História do país e do campo religioso.

Na visão de Rule, o currículo é o guia da experiência que o aluno obtém na escola como conjunto de responsabilidades da escola para promover uma série de experiências de aprendizagens planificadas e dirigidas sob supervisão (SACRISTÁN, 2000, pp. 13-20). Portanto, vai apresentar-se o plano curricular do Curso de Licenciatura em Teologia do STB:

Tabela 1- Plano Curricular do 1º Ano do Curso de Licenciatura em Teologia

1º ANO			
Nº	ÁREAS DO SABER	CADEIRAS	
		1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
01	Línguas	Língua Hebraica	Língua Hebraica
		Língua Grega	Língua Grega
		Língua Inglesa	Língua Inglesa
		Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
02	Teologia Bíblica do AT	Introdução AT	Pentateuco
03	Teologia Bíblica do NT	Introdução a NT	Sinóptico
04	Teologia Histórica	História da Igreja	História da Igreja
		História das Religiões	História das Religiões
		Introdução à Teol. Prática	Introdução à Teol. Prática

05	Teologia Prática	Música	Música
		Educação Cristã	Educação Cristã
06	Missiologia	Introd. à Missiologia	XXXXXXXXXXXX
07	Ciências Conexas	Psicologia	Psicologia
		Filosofia	Filosofia
		Sociologia	Sociologia
		M.I.C.	M.I.C.
		Informática	Contabilidade

Fonte: Prospecto do STB e projecto educativo do STB.

Tabela 2- Plano Curricular do 2º Ano do Curso de Licenciatura em Teologia

2º ANO			
Nº	ÁREAS DO SABER	CADEIRAS	
		1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
01	Línguas	Língua Hebraica	Língua Hebraica
		Língua Grega	Língua Grega
		Língua Inglesa	Língua Inglesa
		Expressão Oral	Expressão Oral
02	Teologia Bíblica do AT	Livros Históricos	Poesia Hebraica
03	Teologia Bíblica do NT	Corpo Joanino	Corpo Paulina
04	Teologia histórica	História da Igreja	História da Igreja
		História das Religiões	História das Religiões
05	Teologia Sistemática	Introdução à Teol. Cont.	Introdução à Teol. Cont.
		Introd. à TS. Trindade	Introd. à TS. Trindade
		Hermenêutica	Hermenêutica
06	Teologia Prática	Liturgia	Liturgia
07	Missiologia	História das Missões	Hist. das Religiões
		Evangelismo	Evangelismo
08	Ciências Conexas	Antropologia	Antropologia
		Pedagogia	Pedagogia
		Administração Geral	XXXXXXXXXXXX

Fonte: Prospecto do STB e projecto educativo do STB.

Tabela 3- Plano Curricular do 3º ano do Curso de Licenciatura em Teologia

3º ANO			
Nº	ÁREAS DO SABER	CADEIRAS	
		1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
01	Teologia Bíblica do AT	Profetas Maiores	Profetas Menores
		Teologia AT	Teologia AT
		Exegese	Exegese
02	Teologia Bíblica do NT	Epist. Gerais e Pastoral	Apocalipse
		Teologia NT	Teologia NT
		Exegese	Exegese
03	Teologia Sistemática	Soteriologia	Escatologia
		Introd. à TS. Trindade	Ecumenismo
		XXXXXXXXXXXX	Hermenêutica
04	Teologia Prática	História da Igreja	História da Igreja
		História das Religiões	História das Religiões
05	Missiologia	Missão e Implantação	Missão e Implantação
07	Teologia Prática	Psicologia Pastoral	Psicologia Pastoral
		Ética Cristã	Ética Cristã
		Homilética	Homilética
08	Ciências Conexas	Pastoral de Saúde	Pastoral de Desenvolvimento

Fonte: Prospecto do STB e projecto educativo do STB.

Tabela 4- Plano Curricular do 4º Ano do Curso de Licenciatura em Teologia

4º ANO			
Nº	ÁREAS DO SABER	CADEIRAS	
		1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
01	Teologia Bíblica do AT	Teologia AT	Teologia AT
		Exegese AT	Exegese AT
02	Teologia Bíblica do NT	Teologia NT	Teologia NT
		Exegese NT	Exegese NT

03	Teologia Sistemática	Teologia Africa	Filosofia da Religião
		História de Dogmas	História de Dogmas
		Hist. da Teol. Da Ref	Patrologia
		Teologia Contemporânea	Teologia Contemporânea
04	Teologia Prática	Adm. Eclesiástica	Adm. Eclesiástica
		Pastoral da Criança	XXXXXXXXXXXXXX
05	Missiologia	Missões Transculturais	Missões Transculturais
07	Teologia Histórica	História da Igreja Cont.	História da Igreja Cont.
		Religiões Africanas	Religiões Africanas
		Homilética	Homilética
08	Ciências Conexas	Estatística	Arte da Tradução

Fonte: Prospecto do STB e projecto educativo do STB.

O STB utiliza este currículo com a finalidade de alcançar determinados objectivos formativos dos seminaristas e serve para certos interesses concretos, o plano curricular apresenta créditos para inclusão de 3 novas disciplinas, a visão é a História de Angola passar a ser ministrada no 2º ano e no segundo semestre em um dos créditos que as ciências conexas apresentam.

Todavia, neste espaço auguramos ministrar as aulas de História de Angola para os seminaristas, todos os conteúdos serão seleccionados por nós, com pendor didáctico-pedagógico. Aula é o momento de interação entre os principais intervenientes do processo de ensino-aprendizagem (professor e aluno), este deve ser preparado com base no plano de unidade que iremos propor, prevendo os comportamentos esperados por parte dos alunos (seminaristas), os meios necessários, os procedimentos, os conteúdos.

1.1.O Ensino de História para Seminaristas

Proença (1992, p. 93) afirma que a História é vida, dá-nos uma nova visão e ajuda-nos a compreender o mundo em que vivemos. É uma disciplina que é ministrada no ensino geral para facilitar a compreensão do mundo em que o aluno vive e fortalecer a perspectiva crítica da realidade social do aluno. É uma disciplina que tem o seu objecto de estudo próprio e tem um carácter formativo.

O conhecimento histórico desempenha um papel preponderante na formação do indivíduo, porque não se pode compreender o estudo do passado da humanidade sem os métodos da História (KEBANGUILAKO, 2009, p. 15). Por esta razão, pensamos em um ensino de História para os seminaristas, através dos conteúdos de História vamos desenvolver determinadas capacidades intelectuais dos pastores, terão uma visão da realidade social e do mundo onde os seus membros vivem. Os pastores precisam estar cientes de que a pregação e o ensino da palavra precisam de qualidade, é tarefa primária do pastor manusear bem as escrituras, pregar com ardor, viver com autenticidade e estar numa comunidade. A verdadeira proclamação do evangelho precisa causar mudanças radicais na vida de seus ouvintes, mudanças de caracteres, na justiça e nas perspectivas das pessoas. O pastor precisa ter em mente que ele é uma voz para transmitir o evangelho ou o ensino, por isso, esta voz deverá ser uma pessoa vocacionada para tal ofício, porque ele deve ser conhecido por aquilo que ensina, sabe, afirma e acredita. O ministério da pregação é o exercício teológico de expôr as escrituras (ALMEIDA & ROHREGGER, 2009, pp. 62-63)

A História, enquanto disciplina-escolar, tem estado presente no currículo escolar angolano. A construção da História enquanto disciplina exige a selecção de conteúdos, que desde sua origem oscilam entre narrativas constitutiva da identidade nacional (MAIA, 2019, p. 62), notamos que a importância da disciplina para a formação dos seminaristas se mostra, de acordo com a pesquisa, e é reconhecida de como locus de formação para cidadania.

Segundo Simone de Almeida e Roberto Rohregger (2009, p. 55) o seminarista é um homem comprometido com a evangelização e ao mesmo tempo esta a ser preparado para assumir o ofício teológico pastoral como vocação para comunicar a Cristo, por isso, deve resistir às pressões tanto culturais como teológicas, para cumprir a sua missão com zelo.

No olhar de Hirst, a inclusão de uma disciplina num currículo de formação apenas se justifica se este apresentar uma forma específica de conhecimento e uma maneira distinta de estruturar este conhecimento (Cit. (KEBANGUILAKO, 2009, pp. 14-20). A História é uma das áreas de conhecimento científico universal com um objectivo definido,

metodologia própria de investigação e conceitos próprios, razão mais que evidente para justificar a sua inclusão nos planos curriculares de formação. No plano de estudo do STB inclui a área de saber das Ciências Conexas que visa fornecer aos seminaristas/pastores um conjunto de conhecimento sobre ocorrências, a vida da igreja, o tempo, as localidades e suas respectivas língua, cultura, diferentes processos históricos, uma visão global e abrangente da igreja e a sua unidade, sendo que o pastor trabalha com vários povos de grupos étnicos e linguísticos diferentes, que estão unidos a buscar um ser divino, devem conhecer essa realidade. Cada uma destas ciências conexas, seja ela exacta, social e humana deve ter um objecto bem definido, sendo este é um dos requisitos para que se possa considerar ciência.

Seminário Teológico Baptista (STB⁷) tem um programa específico das disciplinas curriculares do curso, uma formação que visa capacitar os pastores a fim de responder as expectativas da igreja e da sociedade, ela é ministrada dentro da realidade do nosso país.

Os cursos do Seminário Teológico Baptista foram criados para a formação pastoral, de maneira que os que vêm estudar são recomendados pelas igrejas locais com a finalidade de serem pastores ou evangelistas, tem igualmente como finalidade formatar nos pastores e evangelistas um comportamento assente na *teologia bíblica*, uma educação moral e cívica, porque a saúde da igreja depende da formação dos pastores, como teólogos ensinando, pregando, defendendo e aplicando a doutrina Cristã, de tal forma. O pastor no STB é formado nas seguintes áreas do saber:

- ❖ Área da Teologia (bíblica, histórica e sistemática);
- ❖ Área das Línguas (língua Hebraica e Grega por serem as línguas da bíblia);
- ❖ Área Sistemática (áreas conexas, com mais relevância para as ciências sociais);
- ❖ Missiologia⁸
- ❖ Área Prática.

⁷ Seminário Teológico Baptista é uma instituição ligada à Igreja Evangélica Baptista em Angola, vocacionada a formar pastores e teólogos

⁸ Estudo das missões e processo de implantações de igreja

Os seminaristas são formados nestas áreas para se alcançar o perfil do pastor que se pretende na Igreja Evangélica Baptista em Angola.

A IEBA forma os seus futuros obreiros: pastores, evangelistas, missionários e líderes através da instituição teológica denominada Seminário Teológico Baptista (STB), leccionando os seguintes níveis: Licenciatura para Teologia e Especialidade para Evangelização. As condições gerais de admissão dos candidatos à formação teológica e pastoral são:

- 1) Ser cristão e membro em plena comunhão numa igreja Evangélica;
- 2) Ter uma vocação ministerial reconhecida pela igreja local;
- 3) Ter a 12.^a classe do ensino secundário ou equivalente como habilitação literária, exigida para inscrição do candidato;
- 4) Ter bom testemunho diante da sociedade, igreja e da família;
- 5) Ter recomendação da sua denominação ou igreja;
- 6) Ter assinado o compromisso de trabalhar onde a igreja o enviar depois da conclusão da sua formação;
- 7) Fazer os testes de aptidão.

As formações estão abertas para todos, os candidatos que não pertencem à IEBA, podem fazer a formação, respeitando os mesmos requisitos provenientes das suas igrejas locais e recomendados pelas mesmas.

A primeira fase do processo de admissão ao STB, instituição de formação pastoral começa com a prova documental que consiste na avaliação da documentação apresentado pelo candidato, a sua autenticidade e a sua validade. O processo de admissão é constituído ainda pelas seguintes provas:

- ❖ Prova de Religião (conhecimentos bíblicos do antigo testamento e do novo testamento);
- ❖ Prova de Língua Portuguesa
- ❖ Prova de Cultura Geral

1.2. Formação Teológica para Pastores

A formação teológica traz além de conhecimento bíblico condições de interpretá-lo e, assim poder passá-lo para igreja (ALMEIDA & ROHREGGER, 2009, p. 64). Desta forma pode-se afirmar que pastoreio sem formação teológica é um risco.

Todo pastor tem chamado para Teologia (ALMEIDA & ROHREGGER, 2009, pp. 63-65), essa pode ser uma afirmação que cause surpresa, porque uns olham a Teologia somente como uma disciplina académica. A saúde da igreja depende que os seus pastores permaneçam como teólogos. A vocação do pastor é inerentemente teológica, pois, pelo facto de que o pastor precisa de ser professor da palavra de Deus, deve respeitar a leitura, o ensino, a pregação e o estudo das escrituras.

Teologia é literalmente o estudo de Deus (MYATT & FERREIRA , 2002, pp. 12-17). No contexto da religião cristã, não é o estudo de Deus como abstracto, mas é o estudo de Deus pessoal revelado na Bíblia.

A Teologia é mais especializada, sendo o estudo das doutrinas ou as coisas que os adeptos de uma determinada religião crêem. Áreas podem ser definidas em três:

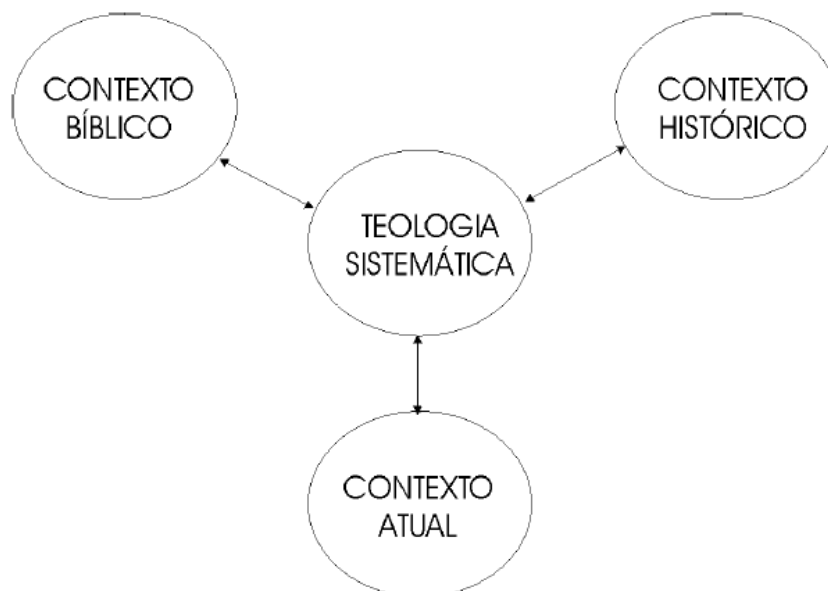


Figura 1-Tipos de teologia sistemática

No contexto histórico: a Teologia Histórica - estuda as doutrinas através dos séculos. Este é um lugar importante para começar porque em dois mil anos quase todas

as possibilidades têm sido examinadas. Pelo estudo da formulação das doutrinas e dos teólogos importantes pode-se apreender quais são as perguntas importantes a serem abordadas (MYATT & FERREIRA , 2002, p. 13)

No contexto bíblico: na Teologia Bíblica, a Bíblia é a fonte maior da Teologia Sistemática e é sempre a autoridade final. A Bíblia deve ser estudada para se verificar qual é a posição verdadeira entre as escolhas que existem. A Bíblia vai ter a resposta certa. As ferramentas de hermenêutica, as línguas originais, etc. devem ser usadas para se chegar às conclusões certas. O teólogo sistemático depende do fruto do trabalho dos especialistas do Antigo e do Novo Testamento (MYATT & FERREIRA , 2002, pp. 13-14)

No contexto actual, na Teologia Filosófica, nesta área não se está interessada em construir uma teologia filosófica no sentido dos liberais. Eles tratam a Teologia Sistemática como se fosse somente mais um sistema de metafísica a ser discutido. Para eles, a Teologia Sistemática é uma filosofia do mesmo modo que o existencialismo, o humanismo (MYATT & FERREIRA , 2002, pp. 14-15)

Segundo teólogo Simone de Almeida, muitos pregadores auto intitulam-se ungidos e alegam que é só abrir a bíblia e o Espírito Santo lhe dá a revelação da palavra, isto mostra tanto o despreparo como a irresponsabilidade desses mensageiros, visto que a palavra de Deus contém uma mensagem de vida e de morte.

É possível um cirurgião que vai realizar um transplante de coração e sem conhecimento dos procedimentos básicos? Isso é um caso de polícia. Contudo, o mesmo ocorre quando uma pessoa despreparada que não tem o mínimo de zelo em ouvir estudar as escrituras, se atreve a usá-la irresponsavelmente (ALMEIDA & ROHREGGER, 2009, p. 64)

Vanhoozer defende que os seminários teológicos são ferramentas onde os pastores obterão conhecimento bíblico, teológico e secular, que visa entender a vivência em Cristo (ALMEIDA & ROHREGGER, 2009, p. 64). O Seminário Teológico Baptista (STB), o seu objectivo é formar pastores/líderes intelectuais que encarnem o amor de Deus, que cultivem a sabedoria para o bom manuseio da palavra e transforme os

seminaristas em pessoas onde a palavra de Deus habite ricamente. Deste modo os seminaristas buscam conhecimentos para que, através deles possam passar conhecimentos de fé à igreja. Esta é a primeira obrigação dos pastores formados pelo STB: *“servir a igreja aqui no nosso País e defender os aspectos da teologia bíblica que estudou e enfrentar as correntes teológicas que podem desviar os membros na doutrina Baptista”*. (IEBA, CONSTITUIÇÃO , 2007, pp. 11-12)

Gordon Lewis e Bruce Demarest⁹ desenvolveram a metodologia integrativa da teologia sistemática (MYATT & FERREIRA , 2002, pp. 15-16). Essa metodologia tenta integrar as várias disciplinas relevantes para estudar e formular as doutrinas da fé cristã coerentemente.

Os autores apresentam 6 (seis) etapas para o método da Teologia Integrativa trabalhar com as doutrinas para chegar a conclusões racionais e práticas.

Os pressupostos da Teologia Integrativa estão fundamentados numa epistemologia do verificacionalismo. As doutrinas não são formuladas a partir de pressupostos não-bíblicos, mas por um processo de análise de várias opções à luz da consistência lógica, o apoio dos factos empíricos, e a viabilidade existencial de cada conclusão (MYATT & FERREIRA , 2002, pp. 16-20). As seis etapas são as seguintes:

- 1. Definição do problema:** define-se um problema ou uma questão a ser estudada. As doutrinas são derivadas das perguntas últimas (qual é a natureza de Deus, da vida além da morte, a salvação, etc.) em relação aos problemas e perguntas práticas da vida e da cultura contemporânea (como é que posso conhecer a Deus? espiritismo? catolicismo? será que Deus pode me curar das minhas doenças? posso ter segurança da minha salvação? etc.) (*Idem*);
- 2. Estudo Histórico:** através do estudo da Teologia Histórica, a Teologia Integrativa coloca à disposição do aluno as várias opções anteriormente desenvolvidas. Estas doutrinas dão ao aluno uma oportunidade de interagir com opiniões diferentes da sua própria tradição. O alvo não é apenas examinar

⁹ Professor Doutor do Seminário Teológico Baptista Conservador de Denver

e refutar conclusões diferentes da sua tradição, mas fazer com que o aluno reexamine cada opção à luz das Escrituras para realmente ver qual é a melhor. Cada posição histórica deve ser levada a sério e provada pela Bíblia. (*Idem*);

3. **Estudo Bíblico:** a prova das várias opções é feita segunda um estudo do dado bíblico. Todas as ferramentas da teologia bíblica devem ser empregadas para que as conclusões estejam fundamentadas na exegese dos textos bíblicos relevantes. Isso inclui o estudo do texto na língua original, no seu contexto cultural, histórico e bíblico (*Idem*);
4. **Formulação Sistemática:** depois de examinar o dado bíblico, a Teologia Integrativa faz uma formulação sistemática, para expôr e esclarecer a doutrina. Os vários aspectos da doutrina, derivados do ensino bíblico, estão relacionados uns com os outros de maneira coerente e consistente. As conclusões lógicas das doutrinas estão deduzidas nesta etapa também (MYATT & FERREIRA , 2002, p. 18);
5. **Interação apologética:** depois de formular a doutrina, a Teologia Integrativa quer defender a sua conclusão contra outras posições. Esta defesa deve levar em consideração as ideias contraditórias que vêm da Teologia, Filosofia, ciência, as seitas heréticas, etc. A interação apologética mostra a superioridade da doutrina formulada sobre as outras doutrinas contemporâneas e definidas no estudo histórico (MYATT & FERREIRA , 2002, pp. 16-20). O pastor, com certeza, vai querer considerar as ideias de mais influência na cultura que o povo da sua congregação enfrentará;
6. **Aplicação prática na vida e no ministério:** o alvo da Teologia Integrativa é tocar a vida do povo, trazendo-o para um relacionamento mais profundo com Deus e respondendo às questões e preocupações levantadas no início do estudo (MYATT & FERREIRA , 2002, p. 21).

1.3. Seminário Teológico Baptista “STB”

A formação dos obreiros eclesiais da Igreja Evangélica Baptista em Angola (IEBA) tem uma longa história que remonta dos tempos missionários a época de 1878 – 1961 (GRENFELL, 1998, pp. 11-16). Os primeiros enviados da BMS¹⁰ chegaram na capital do antigo Reino do Congo, São Salvador em 1878, e marca-se aí o início da obra de evangelização, que passados três décadas, começou a apresentar um crescimento assustador. Houve necessidade de ter obreiros para pastorear e os missionários reconheceram que as igrejas nunca mais poderiam ser pastoreadas apenas por eles.

Atendendo a necessidade de formação dos obreiros e ao reconhecer que as igrejas estavam a crescer, abriu-se, em 1908, um Instituto de Treinamentos de Evangelistas (KETI), em Kimpese (GRENFELL, 1998, p. 25), uma instituição que se localizava no Baixo Congo Belga (actual RDC), funcionava em cooperação com Baptistas americanos. Os obreiros que serviram a igreja de 1908 a 1922 foram estudantes em Kimpese (GRENFELL, 1998, p. 25).

Em 1921 foi implementado o *Decreto 77*¹¹ que insistia que a Língua Portuguesa fosse usada na educação. Esta magna carta do governo colonial, para as missões protestantes, foi um empecilho nas escolas e igreja de Angola (GRENFELL, 1998, p. 25). Assim, a partir de 1922, os angolanos nunca mais puderam ser treinados no KETI, os evangelistas passaram a ser treinados nas estações das missões, e isso não foi ideal, porque a necessidade de pastores bem formados e treinados capazes de responder aos desafios do tempo era cada vez evidente. Por este motivo, em 1946, a BMS abriu em Kibokolo o Instituto de Treinamentos de Professores Evangelistas (TETI – Teacher Evangelist Training Institute) para servir as necessidades das três igrejas da área (GRENFELL, 1998, p. 32). A escassez de pessoal levou ao seu fecho após três anos de actividade, foi reaberto em 1953, em Kalambata, a 24 quilómetros de São Salvador e fechou novamente durante dois anos 1955-1957 devido à falta de professores.

¹⁰ Baptist Missionary Society

¹¹ O Decreto 77 foi uma nova política de educação, o ano de 1921 trouxe a publicação do documento governamental, o qual regulamentava a conduta das missões protestantes como nunca tinha sido feito antes (GRENFELL, 1998, p. 28). Se quiséssemos fazer trabalho escolar, tinha que ser eleito um português nacional para director e o uso da língua vernácula nas escolas era proibido. Assim, o treinamento de líderes da igreja sofreu como resultado directo do decreto 77, dado que o governo proibia os estudantes de atravessarem a fronteira para estudar no KETI, em Kimpese.

Segundo F. James Grenfell (1998, pp. 32-33) em 1950 começaram a chegar novos missionários, mas não teve efeito imediato do pessoal, porque a BMS respondeu a um pedido de ajuda de pessoal da Missão Evangélica de Angola (AEM), após a morte de Zachariah Stober, o fundador daquela missão. Em 1958 o instituto de Kalambata reabriu com alunos da BMS e da AEM. A guerra pôs um fim ao trabalho, em 1961. Como refugiados, alguns dos estudantes de Kalambata encontram lugar em escolas bíblicas e institutos teológicos no Congo/Zaire, e hoje alguns deles estão ainda a servir como pastores na IEBA, sendo que os nomes podem ver-se na tabela abaixo:

Tabela 5- Pastores formados em Kalambata, Escolas Bíblicas e Institutos Teológicos no Congo/Zaire

Nº	Escola Bíblica de Kinkonzi	Escola Bíblica de Kimpese	Instituto Superior Teológico de Kinshasa	Faculdade de Teologia Protestante de Kinshasa
01	Afonso Mbala Nianga	André Guimarães	Daniel Ntoni-a-Nzinga	Matumona Lunfuankenda
02	Kamukotelo João	José Tanda	Medina Zola Baya	Kialanda Ntoni
03	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Makumbu Paulina	Eduardo Lutonadio Manza
04	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Simão Malanga Kinzona	XXXXXXXXXX
05	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Matumona Lunfuankenda	XXXXXXXXXX
06	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	Mbundu Castro David	XXXXXXXXXX

Fonte: Relatório da área académica do STB (Sec. Acad. M. Lunfuankenda)

De 1961 a 1975 é marcado como a época do exílio no Congo Belga (GRENFELL, 1998, pp. 279-315). A causa maior do exílio dos povos do Norte de Angola foi a luta armada pela independência.

Em 1965 cria-se um movimento de contactos officiosos entre líderes mais activos dos grupos mais procurados em Kinshasa e alguns que estavam no baixo Congo, começou

a emergir rudimentos de uma organização, que se chamou de “*Avavi - Avidi*¹²” (buscadores dos perdidos), mais tarde foi formada a Associação dos Cristãos Baptistas de Angola no Congo (ACEBAC), *Avavi-Avidi* tornou-se o departamento de evangelização (GRENFELL, 1998, p. 296). ACEBAC teve três objectivos:

- 1) Enquadrar os cristãos Baptistas exilados;
- 2) Evangelizar;
- 3) Formar obreiros.

No exílio, a ACEBAC desencadeou um processo de formação de quadros susceptíveis de continuar numa Angola independente a obra missionaria paralisada pela guerra de libertação (GRENFELL, 1998, pp. 33-34).

De modo a apresentar uma frente unida, resolver diferenças, recomendar e apoiar candidatos para formação e treinos pastorais, com consentimento das Igrejas Baptistas da EBBF e ADEBCO formou-se a ACEBA (Associação das Igrejas Baptistas no Exílio) em 1968 (GRENFELL, 1998, pp. 298-299), as reuniões anuais eram normalmente feitas em Kibentele, foi dirigida por pastores jovens e o Ntoni Daniel Nzinga foi eleito como o primeiro secretário da ACEBA, ele entrou para o Instituto de Teologia em Kinshasa e tornou-se um estudante preeminente, mas continuou como secretário da ACEBA até que regressou à Angola, para ter um papel muito influente na formação da IEBA e do Concílio Cristão Nacional.

Durante os 14 anos de exílio muitos quadros eclesiásticos foram formados nas várias instituições bíblicas e teológicas do Congo, Camarões e Reino Unido. São estes que sustentaram o ministério da IEBA durante as duas primeiras décadas e meia depois da independência de 1975.

A 1ª Assembleia geral da Igreja Evangélica Baptista em Angola realizada na cidade do Uíge deliberou a fundação do Instituto Bíblico Baptista – IBB para a educação bíblica e teológica, uma feliz iniciativa que viu sua implementação primeiramente na mesma cidade. Infelizmente depois de um mês e meio o Instituto fechou por falta de

¹² Grenfell (1998, p. 296) usa o termo *Avavi – AVIVI*. Procurou-se no vocabulário de Kikongo o termo **AVIVI** e não tem significado. O termo em Kikongo, que significa buscadores é **AVIDI**, por isso, usou-se no trabalho o termo **AVAVI-AVIDI**.

estrutura física, comida e material didático. No ano seguinte, isto é, em 1978 o IBB foi transferido para Mbanza Kongo, mas por falta de logística, professores e devido a guerra civil prevalecente no país, a escola só fez quase um ano e tornou a fechar.

Em 1981 a Assembleia-geral do Nsosso decidiu transferir o IBB para Kibokolo, onde funcionou de 1982 até 1987, mas devido a intensa guerra civil, o instituto foi transferido em Luanda em 1987. A partir de 1991 o IBB passou a ser chamado de Seminário Teológico Baptista (STB). Esta mudança de nome incentivou também a reformulação do seu programa, introduzindo o curso médio. Atendendo as necessidades da igreja, em 2005 o STB começou a ministrar também o Curso Superior de Teologia.

O curso de Teologia no STB sofreu alterações curriculares desde o seu início em 1977. És as principais alterações e os seus respectivos anos:

- 1) 1977 – 1991 O Instituto Bíblico Baptista (IBB) ministrava o nível básico;
- 2) 1991 – 2005 O STB passou a ministrar o nível médio;
- 3) 2005 – 2014 O STB acrescentou o nível superior.
- 4) 2014 – o STB, em colaboração com a Faculdade de Teologia da Fé Reformada do Brasil (FATEFÉ), passou a organizar Mestrado e o Doutorado em Ministério.

As infraestruturas do Seminário Teológico Baptista comportam os seguintes compartimentos:

Tabela 6- Estrutura física do STB

Nº	Designação	Quantidade
01	Reitoria;	1
02	Secretária	1
03	Salas de aulas;	6
04	Biblioteca;	1
05	Cozinha;	1
06	Refeitório;	1
07	Instalações sanitárias;	2

08	Quarto para os estudantes internos	11
----	------------------------------------	----

Fonte: (STB, Regulamento de Ordem interna do Seminário Teológico Baptista da IEBA, 2006).

O campus do STB oferece um alojamento aos seus seminaristas. Mas também aceita estudantes externos que se comprometem em respeitar os horários da instituição. O corpo administrativo e pedagógico do Seminário Teológico Baptista é composto pelos seguintes órgãos:

- 1) A Reitoria;
- 2) O Secretariado Académico;
- 3) O Secretariado Administrativo;
- 4) A Coordenação do Curso de Evangelismo.

De 1977 na primeira Assembleia que fundou o IBB até reformar-se STB destacam-se distintos responsáveis (Reitores) da unidade orgânica:

Tabela 7- Percurso Histórico dos Reitores do STB

Nº	Ano	Responsável
01	1977 – 1978	Revº Lourenço Estêvão Pedro
02	1983 – 1987	Revº Armando Madeira Sebastião
03	1987 – 1991	Revº José Dias e Novais
04	1991 – 1997	Revº Rui Garcia Nafilo
05	1997 – 2001	Revº Álvaro Rodrigues
06	2001 – 2005	Revº Samuel Mário
07	2005 – 2011	Revº Matumona Lunfuankenda
08	2011 – 2021	Revº Kiauzowa Kiangebeni António
09	2021	Revº Eduardo Lutonadio Manza

Fonte: Relatório da área académica

Actualmente a reitoria é composta pelos seguintes membros:

Tabela 8- Actual Composição da Reitoria

Reitor	Revº Eduardo Lutonádio Manza
Secretario Académico	Revº Matumona Lunfuankenda
Secretario Administrativo	Irº. Lungiambudila Zola

Fonte: Relatório da área académica

O Seminário funciona com uma média de 21 professores, actualmente, dentre eles, 20 do sexo masculino e um do sexo feminino.

Tabela 9- Relação Nominal dos Professores do STB

Nº	Nomes dos Professores	Sexo
1	António MOKELO	M
2	António NZINGA	M
3	Bedel MPANZU	M
4	BILA Mpova	M
5	Daniel NTONI-A-NZINGA	M
6	Domingos MATUVANGA	M
7	Eduardo LUTONÁDIO Manza	M
8	Joaquim LELO Gime	M
9	KIALANDA Toni	M
10	KIAUZOWA Kiangbeni António	M
11	LUNGIAMBUDILA Zola	M
12	MAKAYA Mundele	M
13	Manuel MIEZI Nanlau	M
14	MATUMONA Lunfuankenda	M
15	MBUNGO Castro David	M
16	MIGUEL Pedro	M
17	Miguel VINDA	M
18	NDOMBELE Garcia Andrade	M
19	Pedro MONIZ	M

20	Rui Garcia NAFILO	M
21	TEKADIOMONA Germana	F

Fonte: (IEBA, Acta da 26ª Assembleia Geral da IEBA, 2021)

O Seminário Teológico Baptista prepara os vocacionados ao ministério pastoral, capacitando-os, equipando-os, para que possam fazer face aos desafios do presente, propondo uma resposta às esperas do homem criado à imagem de Deus; de 1977 a 2010, formou 65 pastores (STB, 2021, pp. 4-10):

Tabela 10- Pastores Formados de 1977 - 2010

Finalista do Ano Académico 1987-1988 1. DIMBU SANTOS	Finalista do Ano Académico 1988 – 1989 2. AGOSTINHO CADIAZOKO	Finalistas do Ano Académico 1989 – 1990 3. SEBASTIÃO MIGUEL DIKONDA 4. MAKIDI PEDRO MENDES 5. MATONDO PEDRO EDUARDO NSAMBU 6. DOMINGAS PAIVA NLEMVO SUSANA	Finalistas do Ano Académico 1991 – 1992 7. SOBA NDUALU MBUTA 8. MIGUEL TEJA DOMINGOS 9. JOÃO ANDRÉ PEDRO 10. JOSÉ MIGUEL GARCIA 11. AFONSO LUZINGU 12. ERNESTO DANIEL ANTÓNIO 13. LUZOLO PAULINO 14. MIGUEL NKAMA	Finalista do Ano Académico 1993 15. LUZOLO NGINAMAU
Finalistas do Ano Académico 1994 – 1995	Finalistas do Ano Académico 1995	Finalistas do Ano Académico 1995 – 1996	Finalistas do Ano Académico 1997 – 1998	Finalistas do Ano Académico 1998 – 1999

16. FILIPE MALONGA 17. NKOSI DANIEL	18. JOÃO MANUEL NGODI 19. VITORINO SAMUEL	20. JOAQUIM LELO GIME 21. EGAS AFONSO BARTOLOMEU 22. JOÃO MILANDO	23. ALMEIDA MATONDO ÁLVARO MAMBU 24. FILOMÃO JOEL CUVUNA	25. MALUKISA SOKI MARCEL 26. MAKIADI FILIPE ABRAÃO KICUAMA 27. KAMBA COSTA KUNSONGI
Finalistas do Ano Académico 1999 – 2000 28. ANDRÉ MARCOS MBWANGI 28. LAMBORNE NKWANSAMBU 29. LILIANA JOAQUIM SEBASTIÃO 30. ANTÓNIO FAUSTINO	Finalistas do Ano Académico 2000 – 2001 31. NSIMBA MANZAMBI 32. JERÓNIMO LUFUALUNKATU SEBASTIÃO 33. ANDRÉ GARCIA BUNGU CANÓ 34. JOÃO MALONDA 34. OLIVEIRA PANZU GASTÃO	Finalistas do Ano Académico 2001 – 2002 35. ANTÓNIO PEDRO 36. DANIEL FILIPE 37. JOSÉ PAULO BUNGA	Finalistas do Ano Académico 2002 – 2003 38. ANDRÉ MATONDO 39. ELIAZAR QUINHUMBA 40. JOÃO DA SILVA	Finalista do Ano Académico 2003 – 2004 41. ANTÓNIO MUSSAQUI
Finalistas do Ano Académico 2005 42. MANUEL PINTO 43. ANDRÉ CUMBA 44. LANDU JOSÉ	Finalistas do Ano Académico 2005 – 2006 45. DIAMBU MANUEL 46. ANDRÉ LOKUA 47. MANUEL DOMA 48. FRANCISCO NARCISO 49. FELICIANO NZILA MPONGO		Finalistas do Ano Académico 2006 – 2007 50. SIMÃO AFONSO HENRIQUE 51. PEDRO KIALA FILÓ 52. LUZIZILA MANUEL	Finalistas do Ano Académico 2007 – 2008 55. COSMO KIMINU MACUALA 56. ÂNGELO MENAKUNTWALA 57. JOSÉ CUCO DA SILVA

		53. FRANCISCO ANDRÉ LEMA	
		54. JOÃO KIASSATA KUDIBANZA	
Finalistas do Ano Académico 2008 – 2009		Finalistas do Ano Académico 2009 – 2010	
58. ADELINA KAUSOKWA DINAYAME		62. BARROS HENRIQUES CESSA	
59. ALINA PRISCILA FILA DA CONCEIÇÃO		63. DAVID PEDRO	
60. MIGUEL TALADIO		64. JACINTO MWANDA MASSIALA	
61. ANDRÉ TOMAS ANTÓNIO		65. LOURDES MALALU PIULA MANDEVO	

Fonte: Relatório da área académica

Durante os períodos de 2011 a 2020 foram formados 123 obreiros que estão a trabalhar em toda Angola, servindo a sua igreja (STB, 2021, p. 4). Actualmente no Seminário Teológico Baptista estão matriculados 56 seminaristas a frequentarem o Curso de Teologia, e estão distribuídos do 1º Ano ao 4º Ano académico.

Tabela 11- Relação Nominal dos actuais Seminaristas Actuais no STB - 2022

Nº	ANO ACADÉMIC. 1	ANO ACADÉMIC. 2	ANO ACADÉMIC. 3	ANO ACADÉMIC. 4
01	António Bunga Vinda	André do Nascimento	André Mankenda Júnior	Ana Pemba Sassa
02	António Zinga Afonso Kosi	Bernardo José Lutumba	Frederico Mabiala	António Menakwanzambi
03	Armando Daniel M. Filipe	Eduardo Mpevela Raimundo	João Fuene	Armando Macai Tchiuma Maliti
04	Cecília Fernando Quiala	Eduardo Nkiawete Manieka	João Lucas Domingos Daniel	Augusto Ambrósio Raúl
05	Diakiese Nkembo Lutonadio	Francisco Timóteo Tuanga	Kapela Garcia André	Bengui André
06	Enoque Cristiano Ndembe Manuel	João Mbunga	Luzayadio Gitu	João da Silva Kiassungua

07	João Pedro Matuawana	José Kumenda Luzingu	Manuel Pinto	<i>José António Baptista</i>
08	Lukau Luanzambi	Kinanga Missaka Daniel	Ndongala Garcia	Juliana Álvaro Afonso
09	Malungu Dinis	Lututala Sebastião Simão		Landu Bruno
10	Mpanzu Miguel	Maria Matos Quinanga		Manuel Canga Raul
11	Narciso Bernardo Gaspar	Mateus Texeira Panda		Nsibu Bandu Miguel
12	Nzuzi Soki Mvemba	Neves João		Orcênia António Sambu
13	Paulo Bernardo Miguel	Nkuka Kafuidiko		Panfil Paulino Pedro Alberto
14	Pedro Timóteo	Nzuzi Makueno João		Tadeu Francisco
15	Pedro Vieira Ranço	Pedro Nempango Castelo		Valéria Vuvu
16	Sidónia Buzi Zembo Manuel			<i>Vunga Niamba</i>
17	<i>Iguete Mbala</i> <i>Lusevakueno</i>			

Fonte: (IEBA, Acta da 26ª Assembleia Geral da IEBA, 2021, pp. 26-27)

As aulas no STB são ministradas de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8 horas às 13:15. A actividade dos seminaristas começa com o culto diário das 7 horas às 7:30, é uma actividade extra-classe, realizada 3 dias por semana, terça-feira, quinta-feira e sexta-feira. O sustento do Seminário Teológico Baptista provém dos fundos do orçamento geral da Igreja, do subsídio da BMS, do apoio das Regiões Eclesiásticas, Centros Evangélicos, Paróquias, grupos da IEBA, apoio imanente dos doadores singulares, dos fundos arrecadados no dia do STB e das ofertas e cultos, seminários, retiros (STB, 2006, p. 16).

1.3.1. Carreira do pastor após a Formação na IEBA

O seminarista depois da conclusão da sua formação teológica no STB é encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos para o seguinte (IEBA, CONSTITUIÇÃO , 2007, pp. 11-13)¹³:

- 1) Estágio ministerial (Pastor Estagiário) num período de dois anos acompanhado por um Pastor Consagrado;
- 2) Ser consagrado para o ministério pastoral ouvido o testemunho da igreja local; (Pastor Consagrado)
- 3) Ser colocado numa igreja local para um mandato de quatro anos (Pastor Júnior);
- 4) Depois de três mandatos concluídos com êxitos (Pastor Sênior);
- 5) Depois de 20 anos de ministério, passa para o Pastor Veterano;
- 6) Completados 30 anos ou 35 atinge o topo da carreira pastoral; (Pastor Reformado)

O artigo 20º (CONSTITUIÇÃO , 2007, p. 11) apresenta os requisitos para ordenação ao ministério, onde o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

- Levar uma vida cristã e social exemplar, aprovada pela igreja local e pela comunidade;
- Ter uma experiência em actividades da igreja;
- Ter conhecimentos básicos da fé, da ordem e da disciplina da igreja;
- Ter trabalhado ao lado de um ministro ordenado até a igreja achar conveniente;
- Aceitar cumprir e promover os interesses da IEBA.

¹³ Ver Constituição da IEBA art. 20. 2007

Se reunir esses requisitos, é aprovado e ordenado e passa a ser chamado de Reverendo, torna-se membro do Colégio Pastoral¹⁴, encontro de todos ministros ordenados (Reverendos).

1.3.2. Tarefas do Pastor¹⁵

Eis as tarefas que são atribuídas pelos pastores (IEBA, 2007, pp. 11-17):

- 1) Liderar uma igreja local com amor, sabedoria, justiça, honestidade, espiritualidade e abnegação;
- 2) Administrar a igreja local com ajuda de diáconos e outros líderes para uma boa gestão dos recursos da igreja visando o seu desenvolvimento;
- 3) Pastorear os membros da igreja local e atendê-los nas situações diversas;
- 4) Apresentar relatórios do trabalho ao seu responsável no Centro;
- 5) Pregar, ensinar e instruir os membros e discípulos da igreja local;
- 6) Celebrar todas as Ordenanças e outros serviços inerentes ao pastorado.

1.3.3. Direitos fundamentais do Pastor

O Art. 9º do Código de Ética Pastoral¹⁶ (IEBA, 2011, p. 3) fala dos direitos fundamentais do Pastor da Igreja Evangélica Baptista em Angola, que são:

- a) Exercer o seu ministério pastoral sem ser discriminado por questões de cor, raça, ordem política, social, económica ou de qualquer outra natureza;
- b) Ter condições de trabalhar em ambiente que honra e dignifica seu ministério;
- c) Guardar com cuidado o segredo de ordem profissional;
- d) Ser avisado de qualquer denúncia ou documento que a igreja vier a receber sobre sua pessoa ou ministério;
- e) Defender-se em processo ou julgamento a seu respeito;

¹⁴ Colégio pastoral é reunião dos pastores consagrados ou ordenados. Só participam neste encontro todos Reverendos.

¹⁵ Ver Constituição da IEBA art. 21. 2007

¹⁶ O código de ética pastoral é um documento que fala do clero pastoral e da deontologia de ética pastoral.

- f) Ser avisado por colega que sabe de informações ou facto que venham desabonar ou descreditar o seu nome, ministério ou família;
- g) Recusar submeter-se a directrizes contrárias ao exercício digno, ético e bíblico do ministério pastoral;
- h) Exercer o ministério com liberdade dentro dos princípios estabelecidos.

1.3.4. Deveres fundamentais do Pastor

No Art. 10º do Código de Ética Pastoral (IEBA, 2011, pp. 3-5) Constituem deveres fundamentais do pastor:

- 1) Exercer o ministério mantendo comportamento digno, zelando e valorizando a dignidade do ministério pastoral;
- 2) Manter actualizado os conhecimentos bíblicos, teológicos, ministeriais e culturais necessários ao pleno exercício da sua função ministerial;
- 3) Guardar segredo profissional, resguardando a privacidade das pessoas que sejam ou não membros da igreja local que pastoreia;
- 4) Lutar pela harmonia entre colegas do ministério;
- 5) Não utilizar indevidamente o conhecimento obtido em aconselhamento ou prática ministerial;
- 6) Evitar tomar decisões não consensuais;
- 7) Não anunciar e utilizar título que não possua;
- 8) Quando convidado a pregar, dar palestras, consultoria ministerial ou qualquer outro serviço em Igreja local que possua o próprio Pastor, indagar quem fez o convite, se o pastor concordou com o convite e, em seguida, procurar o Pastor e acertar com ele os detalhes da tarefa a exercer;
- 9) Apresentar-se ao público de modo compatível com a dignidade do ministério pastoral, sendo cumpridor de seus compromissos e sóbrio em seu procedimento;
- 10) Consultar o Colégio Pastoral, quando em dúvidas sobre questões não prevista no código de ética pastoral.

CAPÍTULO II – ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA HISTÓRIA DE ANGOLA PARA A FORMAÇÃO DE SEMINARISTAS/PASTORES

Segundo Maria da Conceição Neto (2016, pp. 375-379) a História estuda os acontecimentos com vestígios e fontes. Como a busca pelo primado das fontes é a razão que supera os factos verificáveis e comprovados da ficção histórica, foi-se ao campo dar ouvido aos seminaristas, desta interacção permitiu seleccionar os conteúdos de História de Angola que se julgaram ser necessários para a formação de seminaristas no STB.

A História faz-se com documentos¹⁷, o presente trabalho não visa a elaboração de conteúdos de História de Angola, mas sim, seleccionar alguns conteúdos abrangentes no espaço, no tempo, a partir dos conhecimentos de História já produzidos por vários estudiosos, investigadores e sujeitos de história, que se pode aceder através das referências bibliográficas existentes no país e as não publicadas, assim como artigos científicos divulgados em colóquios, jornadas científicas pedagógicas e congressos.

Foram escolhidos 4 (quatro) temas ligados às dimensões da Etno-História e História social de Angola. Os temas a serem abordados foram apresentados com a liberdade que se está a partilhar o saber historiográfico no campo histórico. Na selecção dos temas foram tidos em conta três factores: factor tempo, factor conteúdo e o factor bibliográfico.

2.1. Periodização de História de Angola

Do inquérito realizado a 31 seminaristas, apenas 11 fazem referência sobre períodos de História de Angola ou etapas da história de Angola. Notou-se a falta de conhecimento sobre o tema, não só por parte dos inquiridos, mas se sabe muito pouco sobre a periodização da história de Angola. A periodização em história é relativa, é arbitrária e inconstante, por isso, neste trabalho vai fixar-se os pontos de referências, e

¹⁷ É qualquer fonte de informação donde a mente do historiador saiba extrair alguma coisa para o conhecimento do passado humano, olhado pelo prisma da interrogação que lhe foi dirigida.

subdividi-la em etapas para poder estudá-la com seminaristas com base em fontes escritas existentes¹⁸.

A periodização da História é uma discussão sem fim (DOMINGUES, 2021, p. 1). Tradicionalmente a História está dívida em Idades e Períodos Históricos, cada um possui características políticas, económicas, sociais e culturais de um povo, país ou uma nação. Lembrar que a divisão da História em períodos foi uma criação de historiadores europeus para facilitar a compreensão da História, é discutida essa periodização por deixar de lado a História das sociedades Africanas. O historiador trabalha com a datação precisa, e é nesta visão que se pretende apresentar uma periodização da História de Angola a ser ministrada aos seminaristas.

Segundo Algred Cordoliani os tempos são medidos de seguinte modo (MENDES, 1993, pp. 156-158):

- ❖ Tempo curto (feito através de relógio);
- ❖ Tempo longe (feito pelo calendário);
- ❖ Os períodos cronológicos (são constituídos por um certo número de anos)

O historiador deve compreender as eventuais variações da realidade temporal, deve ser actor e espectador, participa directamente em determinada actividade, ocorrência ou situação, mas também observa do exterior os eventos sem neles fazerem parte directamente. A periodização implica cortes no tempo que a torna bastante complexa (MENDES, 1993, pp. 157-158), a periodização dificilmente se pode fazer de forma rigorosa e precisa, dado que geralmente não basta um evento, a periodização regra geral não apresenta um elevado grau de generalidade, pois não válida para todos os espaços e áreas e, por fim, a periodização também não é indistintamente generalizável a todas as vertentes da realidade histórica.

Para melhor perceber a realidade passada, a organização da disciplina histórica é indispensável, pois propõe-se decompor o tempo estudado e estabelecer uma periodização com épocas e fenómenos históricos da realidade de Angola.

¹⁸ Ver MBUNGA, H. (2015). A problemática da periodização da história de Angola: O PERÍODO COLONIAL. *Actas do III encontro internacional de História de Angola* (pp. 149-152). Luanda : ANA.

Segundo Honoré Mbunga (2015, pp. 151-152) a história geral de Angola divide-se em 5 (cinco) períodos:

- ❖ Idade pré-histórica: 6000 Anos a.C. – século I a.C;
- ❖ Período das Grandes Migrações e Formação de Estados, Reinos e Impérios: Século I a.C – 1482;
- ❖ Período de Contactos com Europa e as Suas Consequências: 1482 – 1915;
- ❖ Período da Colonização Europeia e os seus Efeitos: 1915 – 1975;
- ❖ Período da Independência do País e as suas Realidades: 1975 – até hoje.

1. O primeiro período corresponde às Civilizações da Antiguidade, muitas delas ainda desconhecidas, o Honoré Mbunga (2015, p. 152) chama esse período de “*séculos obscuros*”. Usou-se a referência de 6000 Anos a.C. por ser o momento em que as primeiras civilizações africanas começaram a tomar corpo e vai até século I a.C.

2. O segundo período que começa do século I a.C até o século XV (1482), é a idade dos metais, época das grandes migrações dos povos levando até à formação de estados, reinos ou impérios, esse período termina com os primeiros contactos com o mundo exterior (Europa) a partir da foz do rio Zaire.

3. O terceiro período vai dos primeiros contactos com a Europa (1482) até o princípio do século XX (1915), quando a última resistência dos povos locais é vencida, na parte Sul do território (batalha da Môngua¹⁹), marcando assim o fim do último reino independente de Angola.

4. O quarto período vai de 1915 a 1975, é o período das transformações das sociedades locais, impostas pelos estrangeiros através da administração colonial. O período é marcado consequentemente por contactos de prática do tráfico negreiro pelos estrangeiros. Esse período termina com a independência de Angola, em 1975.

¹⁹ Ver MBUNGA, H. (2015). A problemática da periodização da história de Angola: O PERÍODO COLONIAL. *Actas do III encontro internacional de História de Angola* (pp. 149-152). Luanda : ANA.

5. O quinto período vai da independência de Angola (1975), até aos nossos dias. Na visão de Honoré Mbunga (2015, p. 152), é a época dos novos problemas e das novas estratégias para a resolução dos mesmos problemas.

Existe muita produção historiográfica quanto a este tema nos nossos dias, uns apresentam uma certa unanimidade e outros com visões diferentes. Entretanto, entende-se que essa periodização é ideal para a formação dos seminaristas, por apresenta principais pontos de referências para o estudo do passado de Angola que os levará a conhecer a história social e política de Angola.

Seleccionou-se um conjunto de bibliografias actuais e de consulta para se abordar esta temática de periodização de Angola.

2.2. Igreja em Angola

A igreja é, essencialmente um povo ou uma comunidade (HENDERSON, 2001, p. 11). O povo de Deus requer estrutura organizativa, liderança, doutrinas e padrões de conduta para manter os indivíduos e as famílias unidas na igreja. Contudo, estes elementos mencionados acima, são necessários e foram concebidos para servir o povo e não o inverso, o povo não pode ser chamado para servir a estrutura, hierarquia ou a doutrina.

Na visão do Lawrence Henderson (2001, p. 11) a igreja é uma instituição eclesiástica que a sua principal missão é anunciar a vinda do reino de Deus, a principal missão de Jesus não foi fundar a igreja. Mas a igreja que constitui o corpo de Cristo prossegue essa missão. Neste tema, o foco é falar da implantação, crescimento, organização e as atividades sociais da igreja em Angola.

2.2.1. Implantação da igreja em Angola (1482 - 1915)

A igreja foi implantada no espaço social caracterizado por grupos etnolinguísticos, no período colonial de 1866 – 1960 (HENDERSON, 2001, pp. 13-19). Na periodização que é apresentada no trabalho, esta etapa enquadra-se no Período de contactos com a Europa de 1482 – 1915, a igreja foi implantada entre 11 (onze) grupos etnolinguísticos 8

(oito) grupos Bantu e 3 (três) não Bantu. A geografia de Angola era favorável a implantação da igreja, a topografia facilitava a penetração dos missionários no interior de Angola, uma vez que os rios Kwanza e Zaire davam acesso às zonas de Kimbundu e Congo, que eram reactivamente populosas.

O solo político permitiu a implantação da igreja em Angola no último quartel do século XIX, porque coincidiu com a “*corrida à África*” (HENDERSON, 2001, pp. 15-16), depois do comércio de escravos deixar de ser rentável, as nações europeias entraram em conflito aquando da procura de matérias-primas, de mercados e de poder colonial em África, e neste momento, Angola constituiu um dos vértices da “*corrida à África*” quando os interesses portugueses, franceses, belgas, alemães e ingleses colidiam na foz do rio Zaire.

Quando os missionários chegaram a Angola, por volta de 1870 não se aperceberam de que iriam implantar a Igreja num solo religiosamente muito rico (HENDERSON, 2001, pp. 29-33), os missionários classificaram a religião tradicional africana com um preconceito por não conter elementos da religião ocidental como princípios doutrinários, escrituras e estrutura eclesiástica. Os missionários aprenderam as línguas dos povos onde trabalhavam e isso levou-os a contactar directamente com o universo da religião africana, e os missionários perceberam que os povos tinham uma palavra para designar Deus²⁰.

2.2.2. Implantação da Sociedade Missionária Baptista (BMS)

O envolvimento da B.M.S. no Congo começou com a iniciativa de Robert Arthington (GRENFELL, 1998, p. 17), que acreditava que se o evangelho fosse pregado a todas nações, Cristo voltaria, essa expectativa levou-o a praticar a máxima frugalidade, apresentando-se como um miserável, mas usando o seu dinheiro para financiar o seu alvo.

Robert Arthington tinha um interesse especial em África (GRENFELL, 1998, pp. 17-18), aos 14 de Maio de 1877, escreveu uma carta para a BMS ofertando-se para pagar

²⁰ Ver HENDERSON, Lawrence (2001). *A igreja em Angola: um rio com varias correntes* (2ª ed.). Lisboa: Além - Mar.

as despesas de um grupo de prospecção que fosse ao Congo examinar as possibilidades de trabalho missionário, a BMS aceitou o desafio e em Agosto lança o projecto “*África para Cristo*”. George Grenfell e Thomas Comber em Novembro de 1877 encontravam-se a trabalhar em Camarões como missionário da BMS, a sociedade escreveu, convidando-os a visitar o Congo.

Segundo Lawrence Henderson (2001, pp. 47-48), em Janeiro de 1878 George Grenfell e Thomas Comber partiram para o Congo tendo passado 15 dias no rio antes de regressar para Camarões no mesmo barco, durante este período escreveram uma carta para o rei do Congo dizendo-lhe que em breve iriam visitar a sua capital. Em Junho do mesmo ano, os missionários regressam ao Congo para começar com o trabalho missionário.

No dia 8 de Agosto de 1878 os missionários chegaram à cidade de São Salvador, capital do Reino do Congo (HENDERSON, 2001, pp. 47-49), tendo sido bem recebidos pelo Rei Dom Pedro Ntotela, Ntinu Nekongo. Os missionários foram com 8 (oito) obreiros africanos da Costa Oeste incluindo um angolano chamado Misilina, que se tornou um fervoroso cristão, cheio de qualidades, que fizeram dele um valioso obreiro na implantação da Igreja no Norte de Angola, sabia falar inglês, português e uma língua que era parecida com o kikongo e era muito prestável para a missão.

Misilina era um obreiro leigo da missão camaronesa que se tornou uma figura chave durante o primeiro ano da missão em São Salvador, trabalhando como intérprete e evangelista (GRENFELL, 1998, pp. 18-20). George Grenfell e Thomas Comber por sugestão de Robert Arthington e da comissão, escolheram São Salvador como uma estação de base das operações da dianteira, porque era capital histórica do Reino do Congo cujo território se tinha estendido desde a Costa até ao Lago.

A missão da BMS em São Salvador começou a desenvolver a sua obra incentivada pelo rei, e foi encontrar muita gente nova, cheia de vontade de aprender a ler e escrever, para começar a perceber a fé que motivava os missionários. Mesmo assim, tinha que esperar ainda seis anos para que o primeiro convertido fosse baptizado.

Seleccionou-se um conjunto de bibliografias actuais e de consulta recomendada para se abordar esta temática ligada à história da igreja²¹.

2.3. Cultura, etnias e línguas de Angola

Este é também um dos temas pouco referenciados pelos seminaristas. Acha-se muito pertinente devido o trabalho que o ministério pastoral exige, que é trabalhar com o homem no seu real contexto. De lembrar que o homem é “*produto da cultura*” uma vez que ele é um ser integrado numa sociedade da qual recebe um conjunto de valores, crenças, normas, habilidades, conhecimentos e atitudes para viver no seu meio humano, a sua personalidade é resultante da interacção dos factores socioculturais do seu meio e ao mesmo tempo o homem é “*reprodutor da cultura*”, isto é, ele é um ser dotado de um certo poder de criatividade e por causa desta característica, o ser humano tem criado novas formas de estar e sentir que permite incremento de um certo dinamismo na cultura. Por isso, é de grande importância o tema a ser abordado no contexto actual.

Até ao momento não existe uma definição unânime sobre o que seja cultura, mesmo dentro dos especialistas das ciências sociais, como os antropólogos e sociólogos. Por esta razão, consolida-se a ideia de que cultura é um termo polissémico. O vocábulo Cultura provém do particípio passivo do verbo latino *Colo*, com outras flexões tais como: *colis*, *colere*, *colui* e *cultum*, que em português significa: cultivar, cuidar, ter cuidado e prestar atenção. O termo Cultura, expressa a relação dinâmica e estável de um lugar. Dela ainda derivam as seguintes palavras: *agri-cola* que corresponde ao cultivador da terra; *agri-cultura* que corresponde ao cultivo do campo; *in-cola* corresponde ao morador; *colonus* que corresponde à pessoa que cultiva e por último *colónia* que corresponde ao local cultivado.

A cultura é um fenómeno humano e social, ela não é obra de Deus nem da natureza e muito menos do acaso. Ela é, claramente obra do ser humano, é fruto do seu génio, da sua fantasia, da sua criatividade, da sua inteligência e vontade. A cultura, portanto, é tudo

²¹ GRENFELL, F. J. (1998). *História da Igreja Baptista em Angola 1879 - 1975*. Luanda: Centro de publicações Cristã.

HENDERSON, L. W. (2001). *A igreja em Angola: um rio com varias correntes* (2ª ed.). Lisboa: Além - Mar.

aquilo que o homem cria, graças às faculdades privilegiadas que possui. De facto como salienta Battista Modin, citado por Imbamba:

«Entre a cultura e o ser humano o nexo é tão profundo que não é só a cultura que se define como obra do ser humano, mas também vale ao contrário: o ser humano define-se através da cultura, o homem é por definição animal cultural, porque é o único animal capaz de cultura» (IMBAMBA, 2010, p. 34).

Portanto, a partir da etimologia de Cultura proveniente do Latim, a Cultura tem seis sentidos que são: sentido material; sentido espiritual; sentido humanista; sentido social; sentido ético; sentido universalístico. Para Franz Boas, cultura pode ser compreendida como tudo e todos, excepto a compreensão biológico-físico, “a cultura é um determinante muito mais importante do que a constituição física” (BOAS, 2004, p. 97). Em 1871, Edward B. Tylor vai propor uma definição de cultura que tem sido pouco questionada na actualidade. “Cultura é o conjunto complexo unitário que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis, e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1903, p. 1). Não gostaríamos de culminar sem uma visão moderna e reformadora de cultura a partir da concepção do antropólogo americano Clifford Geertz:

«Cultura é um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas actividades em relação à vida» (GEERTZ C. , 2008, p. 66).

Segundo Padre Muanamosi Matumona (2010, p. 84) a cultura é um comportamento cultivado e experiências adquiridas e acumuladas pelo homem e transmitidas socialmente. Na sua visão, os elementos da cultura são:

- ❖ Normas;
- ❖ Valores;
- ❖ Conhecimentos;
- ❖ Símbolos e crenças.

A cultura é uma herança social, isto é, através do processo de interação e socialização o homem adquire um conjunto de conhecimentos, crenças, valores, técnicas para poder viver numa sociedade (TYLOR, 1903, pp. 2-5), a cultura é composta por vários traços culturais considerados como a unidade mínima identificável de uma cultura. Estes traços podem se agrupar em elementos materiais e elementos não materiais (espirituais).

Os elementos não materiais da cultura são constituídos por todos os aspectos de uma cultura que não se assentam numa certa materialidade (TYLOR, 1903, pp. 5-6), como por exemplo, as crenças, os valores, as normas, os conhecimentos, a música, a literatura oral ou escrita.

Os elementos materiais incluem os objectos, ou seja, aqueles elementos que se expressam através da materialidade, isto é, os objectos como por exemplo, os colares, as habitações, os instrumentos de trabalho e alimentação (TYLOR, 1903, pp. 5-6).

Nos meandros da cultura existem alguns elementos que são colocados à parte e tidos como alicerces da própria cultura. Dentre estes elementos destacam-se dois, a religião como possuidora das crenças, e o símbolo, como conjuntos de significados. Contudo, apresentar-se-á estes elementos:

2.3.1. A Religião

Etnologicamente, o termo religião é construído do vocábulo latino *religio*, cujo significado já era controverso na antiguidade. Já o filósofo Lactâncio, afirma que religião deriva da palavra *religare*, e a interpreta religação do ser humano com Deus. Com isso contradiz o escritor Romano Cícero, que havia derivado do vocábulo *relegere*, que transcende o parecer dos autores em epígrafe, interpretando a religião como cuidadosa veneração dos deuses. Neste caso, é possível perceber que ambas derivações têm em comum a pressuposição da diferenciação entre a esfera humana e divina, a partir deste ponto de vista, é compreensível que a crença em Deus, muitas vezes, seja considerada a essência da religião em si, ou seja, a religião se explica por si mesma (KONING, 1995, p. 464).

Até agora não existe uma definição clara do fenómeno religioso pelos especialistas, o mesmo ocorre dentro da Antropologia, onde houve grandes modelos

teóricos, como a de Morgan e seus contemporâneos (Frazer e Tylor), deram um contributo importante ao colocar a religião no centro das suas análises. Na reflexão de Pascoal, enfatiza que se deve a estes autores a gratidão por serem aqueles que deram os primeiros passos na prestigiosa disciplina Antropologia das religiões, embora o mérito tem sido dado a Lafitau como o pai da Antropologia Religiosa. Porém, toda tentativa e esforço de uma teoria religiosa proveniente dos séculos XVIII e XIX sofreram e têm sofrido críticas severas por parte dos especialistas da área, tais como: Émile Durkheim, Marcel Mauss. Na perspectiva de Geertz, a religião é inconcebível sem as representações simbólicas, conforme o autor expõe:

«A religião é um sistema de símbolos que actua de forma a suscitar nos homens motivações e disposições poderosas, profundas e douradoras, formulando concepções uma tal aparência de realidade, que estas motivações e estas disposições parecem apoiar-se apenas na realidade» (GEERTZ C. , 2001, p. 67).

Entretanto, para solidificar a fundo, o conceito de religião, surge a necessidade de envolver o símbolo, como sendo elemento de um mesmo núcleo. É diante deste último que o trabalho se ocupará a analisar.

2.3.2. O Símbolo

Segundo semiótico Umberto Eco, a etimologia do símbolo é derivado do grego, *symbolon* que significa “deitar com” ou “por junto” ou ainda “fazer coincidir”. O símbolo é de facto, originalmente o meio de reconhecimento permitido pelas duas metades de uma moeda ou de uma medalha partida. Têm-se as duas metades de uma coisa de que uma está pela outra, no entanto, as duas metades da moeda só realizam a plenitude da sua função quando se reconjagam para reconstituir uma unidade. Isto acontece dentro da dialéctica de “significante” e “significado” que caracteriza o signo. (ECO, 2001, pp. 213-214).

A cultura, entendida como comunicação, conforma-se através da criação e utilização de símbolos culturais. Estes incluem sinais, signos e símbolos. Os sinais “sinais de trânsito” são símbolos que incitam, convidam ou obrigam a uma acção “STOP”. Os indicadores “exemplo: o fume, que indica a existência de lume” não obrigam a uma resposta imediata como os sinais. Os signos são aqueles símbolos com um significante

que representa um significado por uma associação ou analogia consciente e arbitrária “exemplo: cadeira=cadeira”. Os símbolos apresentam uma relação metafórica ou metonímica²² entre o significante e o significado. Um símbolo é uma coisa que está em lugar de outra ou uma coisa que evoca e substitui a outra. Exemplo: “O dia do São Valentim e o dia 25 de Dezembro”. A primeira simbolizava o dia dos casais apaixonados, o segundo o nascimento de um Redentor, Jesus Cristo.

Dentro da pesquisa de Pascoal, o mesmo autor relaciona dois grandes percursores da Simbologia, Cassirer e Lévi-Strauss, mostrando que ambos partilhavam o mesmo ponto de vista quanto ao conceito de símbolo (Pascoal, 2018, p. 13) O francês Ernest Cassirer, tido como o pai da Antropologia Filosófica, assegura que “O símbolo é uma chave para a compreensão da cultura que só o homem tem”. Já o seu conterrâneo Lévi-Strauss defende a mesma ideia ao afirmar que: “toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, onde o primeiro lugar se coloca a linguagem, as regras matrimônias, as relações económicas, a arte, a ciência e a religião” (ECO, 2001, p. 220).

Portanto, um símbolo requer três factores: primeiro, um significante. Segundo, um significado e terceiro a significação: Relação entre o significante e o significado. Esta relação é definida por um código, que deve ser conhecido e aprendido pelos sujeitos, a partir das grelhas socioculturais de leituras de uma determinada sociedade. O símbolo precisa também de três elementos: primeiro o “emissor”, com um código de emissão baseado em símbolos, a “mensagem”, com um código de decodificação e por último, o “destinatário” Ser humano. Exemplo: o crucifixo cristão possui significados mais além do evidente, vulgar ou superficial.

O estudo destes temas (cultura, região e símbolo) deve permitir o seminarista compreender os povos que hoje constituem Angola, conhecendo os elementos simbólicos de cada povo que serão transportados dentro da religião.

²² **Metonímia** é o emprego de um nome, *ounuma* ou *onoma*, por um outro. O mesmo consiste numa transposição ou numa mudança de nome, da causa ao efeito, do continente ao conteúdo, da parte ao todo, do signo à coisa significada, ex: o termo escritório, designa a sala em que se encontra o móvel principal, o “escritório”, que tem ele próprio o nome do tecido que o recobre.

2.3.3. Etnia

Segundo Pedro de Castro Maria (2010, p. 10) não há povo que não tenha nome, idioma, cultura, que marque a distinção entre *eu* e o *outro* e reforce enfim a necessidade de ser conhecido de modo específico pelos outros.

Na visão do Ronaldo Lidório (2011, p. 123) a compreensão cultural é de extremo valor para a comunicação do evangelho. Tratando-se da missão do ministério pastor, por isso, seleccionou-se este subtema, etnias com a intenção de estudar os agrupamentos de pessoas que se identificam umas com as outras com base em semelhanças culturais ou biológicas.

Etnia ou grupo étnico pode ser definido como uma comunidade humana com nome, uma comunidade que se perpetua biologicamente de modo amplo, pessoas ligadas a uma pátria com mitos e passados comuns, pessoas que partilham memórias, valores culturais e um certo grau de solidariedade (MARIA, 2010, pp. 7-9). Na visão do Smith quanto mais elementos são partilhados pelo grupo, mais este se aproxima do tipo ideal de etnia e de uma comunidade de cultura histórica, com um sentimento de identidade comum (apud MARIA, 2010, p. 8).

A identidade étnica é fortemente determinada pela descendência e pela linhagem (CARVALHO, 2008, p. 64), a etnia funciona como uma grande família, na qual existe sentimento de entrelaçamento entre várias famílias biológicas a partir de antepassados comuns. A etnia” é um grupo humano que se distingue de outro grupo pelos traços culturais e não corporais, os seus membros comunicam-se através de uma língua comum transmitida de gerações em gerações, o que implica possuir uma memória cultural que explica uma “etnia”.

Segundo o Redinha (2009, pp. 53-59) a língua é uma forma particular de linguagem, um "sistema de signos vocais, que podem ser transcritos graficamente, comum a um povo, a uma nação, a uma cultura e que constitui o seu instrumento de comunicação. A língua é um instrumento da comunicação entre indivíduos ou comunidade e pelo qual o ser humano exprima as suas ideias e se identifica. Ela é um factor de identidade.

Para o Victor Kajibanga os grupos étnicos são comunidades humanas culturalmente diferentes, essas diferenças salvo raras excepções, consubstanciam-se na

língua, na religião, na lealdade política ou podem dar-se características secundárias, tais como hábitos alimentares, vestuários, costumes e dialectos locais (MARIA, 2010, pp. 8-9).

A etnicidade é uma forma de organização social numa base étnica, que propicia uma alternativa colectiva que permite que se desenvolvam estratégias de sucesso económico e de promoção do grupo, a etnicidade é vista como uma solidariedade de grupo emergente em situações de conflitos (MARIA, 2010, pp. 8-9).

Seleccionou-se um conjunto de bibliografias actuais e de consulta recomendada para se abordar esta temática²³ ligada à vida dos membros das igrejas locais que é de suma importância o seminarista conheça para facilitar o processo de evangelização que se dá com códigos do ouvinte, que é a língua e a cultura do povo.

2.4. Os espaços socioculturais de Angola

Segundo Padre Raul Altuna, designa-se por área cultural o espaço abrangido por culturas semelhantes, que podem ser semelhanças relativas, pois depende de alguns aspectos como: economia, religião, sistemas políticos ou processos técnicos (KAJIBANGA, 2010, p. 98).

Na intenção de falar sobre cultura angolana enquanto totalidade, pegou-se os inscritos de Victor Kajibanga (2010, p. 99), e notou-se que em Angola não existe uma cultura nacional que assente num único substrato sociocultural e sistema de referências sociais. Assim, não temos em Angola uma cultura nacional partilhada por todos os povos e todas as etnias, pois nenhum homem pode ser considerado actor e participante de uma cultura se não foi criado e educado segundo as normas e os valores dessa cultura.

A luz desta discussão preliminar sobre o conceito de área sociocultural, considera-se importante incluir no programa de História de Angola para os seminaristas do STB, os 3 (três) grandes espaços socioculturais de Angola, baseando-se na visão do José Redinha,

²³ Ver MARIA, P. d. (2010). Minorias étnicas em Angola, o caso dos San. *Trabalho apresentado para obtenção de grau de licenciatura em ciências da Educação*.

MATUMONA, M. (2010). CONTRIBUTO DA TEOLOGIA PARA A RECONSTRUÇÃO NACIONAL. *RAS - Revista Angolana de Sociologia*(5 e 6), 83-96.

CARVALHO, P. d. (2008). Estado, nação e etnias em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, 61-71.

Victor Kajibanga e João Alexandre, todos eles partilham a mesma ideia, e falam espaços socioculturais²⁴ de Angola com características transnacionais, a saber:

Tabela 12- Quadro das Etnias Representadas em Angola

ESPAÇO SOCIOCULTURAL KHOI E SAN OU HOTONTONE-BOCHIMANE	ESPAÇO SOCIOCULTURAL VÂTWA OU PRÉ-BANTU	ESPAÇO SOCIOCULTURAL BANTU
1. Kede 2. Nkung 3. Bochimanes 4. Kazama	1. Kwissis 2. Kwepes	1. Ambundu 2. Axindonga 3. Baluba 4. Bakongo 5. Helelo 6. Humbe 7. Lunda 8. Ngangela 9. Nyaneka 10. Ovambo 11. Ovimbundu 12. Tucôkwe

Fonte: Redinha (2009, pp. 23-24) e Kajibanga (2010, p. 98)

É importante ressaltar que entre o autor José Redinha e Victor Kajibanga existe uma dicotomia na escrita das terminologias e as designações das palavras. Para Redinha (2009, pp. 24-28) designa por Khisan ou Bosquimano-hotentote, Pré-Banto ou Vátua e os Bantos e Kajibanga (2010, p. 98) *designa por* Khoi e San ou Hotontone-Bochimane, Vâtwa ou Pré-Banto e Bantu.

²⁴ Ver KAJIBANGA, V. (2010). Culturas étnicas e cultura nacional: uma reflexão sociológica sobre o caso angolano. *Revista Angolana de Sociologia*, 97-103.

REDINHA, J. (2009). *Etnias e cultura de Angola*. Luanda : Instituto de Investigação Científica de Angola.

Segundo o Redinha (2009, pp. 18-19), as actuais populações angolanas são constituídas por grupos Bantus, por alguns grupos pré-Bantus, e um número apreciável de não-Bantus. No entanto, as populações autóctones, os Bantus tomam uma natural importância por formarem um agrupamento humano numérica e culturalmente importante para História de Angola, e são classificados ou registados como subgrupos etnolinguísticos, pois é uma família de línguas bastante heterogéneas mais particular. Os Bantus constituem a grande massa populacional de Angola, repartindo-se por grupos somato-linguísticos muito variáveis em força numérico. Para Redinha (2009, pp. 29-30), o bantu caracteriza-se culturalmente por uma tecnologia variada, por uma escultura de grande originalidade estilística, por um somatório de conhecimentos empíricos notáveis e por uma literatura oral, densa e interessante de notável expressão intelectual. Durante o trabalho, verificou-se que os Bantu angolanos repartem-se em 12 subgrupos, os quais, por sua vez, subdividem-se em cerca duma centena de subgrupos, tradicionalmente designados por tribos.

O grupo Khoi e San ou Hotontone-Bochimane são os representantes vivo das mais remotas populações de Angola (REDINHA, 2009, pp. 24-27). Os Bochimane vivem em grupos avulsos, alguns deles em regime nómada, a caça e a apanha são as suas fontes de subsistências. Segundo Kajibanga (2010, p. 98), os Khoi e San não possuem organização política além dum chefe de grupo escolhido entre eles, o seu regime familiar assenta na monogamia, o adultério é raro e a ruptura do casamento é raríssima.

Segundo Redinha (2009, pp. 27-29) o grupo Vâtwa ou Pré-Bantu vive na faixa desértica do deserto de Moçâmedes, entre o mar e os contrafortes do Serra da Chela, possuem uma cultura extremamente primária, nem mesmo o fabrico de cerâmica se encontra entre eles, e pouco praticam a siderurgia, efectuam uma reduzida agricultura de subsistência e possuem bois.

CAPÍTULO III – PROPOSTA DIDÁCTICA DO PROGRAMA DE HISTÓRIA DE ANGOLA PARA O STB

3.1. Organização do programa de História

Proença (1992, pp. 65-69) fundamenta que o currículo é um documento que trata especificamente das acções a serem ensinadas na sala de aula, constitui-se em todas as acções realizadas no ambiente educacional, sejam elas administrativas ou pedagógicas, que definem a identidade e subjectividade da produção histórica, cultural e social na construção dos modos de ensino, formação e instrução da sociedade, entretanto, o programa está ligado à selecção dos conteúdos programáticos, dos saberes e conhecimentos inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, organizados e sequenciados de acordo com aprendizagens anteriores e o que se pretende ensinar posteriormente — informações contidas no currículo escolar. O programa materializa-se na escola pelo professor e pelos alunos de acordo à realidade local.

O currículo escolar deve acompanhar o processo de desenvolvimento do país (PROENÇA, 1992, p. 67), incluindo novas disciplinas que respondem as necessidades actuais. As grandes transformações têm causado mudanças sociais na sociedade, olhando para a função social do ensino, o currículo e o programa devem ser flexíveis para responder as exigências da sociedade, alterando os seus modelos de forma a acompanhar as dinâmicas sociais. Por isso, a propõe-se a inclusão da disciplina de História de Angola na formação teológica dos pastores para acompanhar a dinâmica dos povos de Angola.

Segundo Kebanguilako (2009, pp. 82-84), existem vários modelos de programas e várias maneiras de organizá-los. Para o presente trabalho, seleccionou-se o Modelo Sistemático²⁵ de Maria Proença, que vai merecer a maior atenção na implementação do programa de História de Angola para os seminaristas. O modelo sistemático diz respeito a uma conceitualização do processo educativo como um sistema com as suas conexões lógicas. O programa de História de Angola que se propõe ao STB, vai respeitar a sequência lógica dos seus conteúdos em todas as suas fases.

²⁵ No campo educacional, o enfoque **sistémico** diz respeito a uma conceitualização do processo educativo como um sistema. Farinha (1990, pp 10-18) defende que a **educação**, como fenómeno intrinsecamente humano, não pode ser concebida de forma isolada, pois é influenciada pelo desenvolvimento de outras ciências.

Para Proença (KEBANGUILAKO, 2009, pp. 82-83) na formulação de um programa de História deve seguir-se as seguintes etapas:

- 1) Fase pré-operacional: é o momento caracterizado pela planificação do programa, são os primeiros passos da concepção e redacção provisória da disciplina;
- 2) Fase da avaliação da testagem: é o momento da correcção do programa com outros elementos do processo docente, é a fase que vamos descrever e mensurar a qualidade do conteúdo a ser ensinado.
- 3) Fase pós-operacional: é o momento da difusão, implementação e controlo de qualidade.

Na elaboração do progame de História, Proença (KEBANGUILAKO, 2009, p. 83) menciona alguns elementos que são componentes fundamentais:

- a) Esquema conceptual da disciplina;
- b) Finalidades da disciplina;
- c) Objectivos da disciplina;
- d) Temas organizadores;
- e) Conteúdos organizados.

O STB forma vocacionados, equipa-os colocando nas suas mãos a ciência que pode ajudá-lo no exercício do seu ministério (STB, 2006, pp. 1-2), na elaboração do programa de História de Angola foram tidos em conta os diversos aspectos fundamentais, como os objectivos e a finalidade da criação do STB na Igreja, assim como o perfil dos pastores que se pretendem formar, para depois se formular os objectivos da disciplina, tendo sempre em conta o grau e o nível de conhecimento anterior por parte dos seminaristas. Assim sendo, optou-se pela estruturação do programa no modelo sistemático defendido por Proença, como se pode conferir, mais abaixo na proposta didáctico-pedagógica apresentada.

3.2. Programa de História no Ensino Geral

Neste tema, analisou-se os conteúdos de História ministrados no subsistema de ensino geral, por ser um sistema de educação que confere uma formação integral, harmoniosa e com uma base sólida. Trabalhou-se com o Ensino Primário, porque a História, como disciplina do Ensino Primário, faz-se presente enquanto disciplina independente nos dois últimos anos deste ciclo, que é a 5ª classe e a 6ª classe. Posteriormente, no Ensino Secundário trabalhou-se com os seus 2 ciclos por ter a disciplina de história se forma autônoma e independente. No Primeiro Ciclo trabalhou-se com a 7ª, 8ª e a 9ª classes e no Segundo Ciclo, com a 10ª, 11ª e a 12ª classes. Na análise feita nos subsistemas do ensino geral, cultivamos a visão a ser inserida no programa de História de Angola a ser ministrado no Curso de Formação Teológica.

No entanto, entende-se que o ensino da História no Ensino Primário destina-se a consolidar o natural sentimento de patriotismo, dando-lhe forma consciente e esclarecida. De facto, o programa da 5ª e 6ª classes comportam conteúdos de História de Angola. **A disciplina de História neste nível visa** contribuir para a inserção do aluno na realidade social, política e cultural que o rodeia, proporcionar a compreensão da relatividade e multiplicidade de valores em diferentes tempos e espaços, promover o desenvolvimento de atitudes de tolerância face às ideias, crenças, culturas, opiniões, conhecer os grandes Reinos e Impérios que floresceram em África antes da chegada dos europeus e compreender que em África floresceu uma das maiores e mais antigas civilizações do Mundo²⁶.

A 5ª classe tem 60 horas lectivas para abordar aspectos relacionados à História de Angola, organizados em oito (8) temas, passando por aspectos históricos da localidade onde se vive, evolução histórica através dos usos e costumes, as primeiras comunidades que habitaram o território de Angola e a chegada dos Bantu ao território angolano, de forma a levar os alunos a melhor compreenderem a diversidade cultural do país, as implicações decorrentes da chegada dos portugueses, suas relações com os africanos (no Congo e Ndongo), o início do tráfico de escravos, as campanhas de ocupação efectiva do território, as resistências à ocupação colonial, a instalação do sistema de dominação

²⁶ Produzido pelo INIDE - Editora Moderna, S.A.

colonial, o início da luta armada de libertação nacional, a proclamação da independência e as conquistas alcançadas com a chegada da independência nacional.

Neste programa pretende-se que os alunos no mínimo saibam os conhecimentos sobre o seu país: território, governo e símbolos da Pátria, para que possam sair do Ensino Primário com uma ideia completa, embora elementar, do que foi o passado do povo angolano. Da proposta curricular que se pretende construir para os seminaristas, alguns dos pontos de partida que vamos pegar na selecção de conteúdos são temáticas deste programa do ensino primário, por tratar de alguns aspectos de História de Angola interessantes para a formação dos seminaristas.

O programa da 6ª classe tem 60 horas, os conteúdos inseridos no programa, permitirão ampliar os conhecimentos e habilidades adquiridas na 5ª Classe e compreender a história comum dos africanos. Notou-se que a intenção é que os alunos tenham conhecimentos, embora elementares, da História do continente africano, sendo Angola parte integrante de África. Deste modo, o conhecimento da História de África despertará nos alunos a identidade africana, pois o estudo do passado mostra-nos quem somos e ajuda-nos a compreender melhor o presente.

A preocupação está no Primeiro ciclo do ensino secundário, entende-se que os programas de História da 7ª, 8ª e 9ª Classes não comportam conteúdos de História de Angola. As três classes têm 114 horas lectivas²⁷ por ano. O programa da 7ª classe está estruturado em cinco temas que é a introdução à História: trata das questões gerais sobre a História como ciência, a origem do Homem: trata do aparecimento do Homem e sobretudo da sua evolução sociocultural, as Civilizações da Antiguidade: expõe alguns modelos das civilizações deste período histórico (China e o Antigo Egipto), Europa Feudal: trata das características predominantes na Europa depois da Antiguidade, a África no período Medieval: apresenta a situação de África desde o período conhecido por “Período escuro da história africana” até às influências muçulmanas nos séculos III e IV. O programa trata mais de aspectos da História Universal. Por ser um novo ciclo de ensino e a primeira classe no primeiro ciclo, seria fundamental que existisse uma temática ligada à História de Angola.

²⁷ Produzido pelo INIDE - Editora Moderna, S.A.

O programa da 8ª classe aborda a história de África e a História Universal. Os alunos irão verificar ou analisar a expansão europeia e a sua fase mercantil e industrial que originaram a colonização dos diferentes povos. Ver-se-á a natureza da intervenção europeia nos vários continentes e o desenvolvimento do capitalismo na Europa, bem como a resposta dos povos colonizados, temas que são de grande importância para o desenvolvimento da consciência nacional. As Revoluções Liberais e sua importância, bem como o surgimento dos movimentos nacionalistas e das doutrinas socialistas, são outros temas importantes que constam também do programa. Foi concedido um realce especial à História de África nesta classe.

O programa da 9ª classe está dividido em três grandes temáticas. A primeira área relaciona-se com a ocupação colonial de África. Esta começa por uma panorâmica geral sobre África antes da ocupação efectiva, referindo-se, em seguida, aos factores que desencadearam a ocupação, os mecanismos e os efeitos da ocupação. A nota dominante deste tema é o estudo, com certa profundidade, da instalação do sistema colonial em Angola e as consequências decorrentes dessa ocupação, tanto na colónia como nos estados independentes.

A segunda área refere-se à caracterização do mundo entre as duas guerras mundiais. São passadas em revista os principais factos que marcaram este período. Inicia-se com o estudo da 1ª Guerra Mundial, com o culminar das contradições entre as potências imperialistas. Segue-se a Revolução Socialista de Outubro como o início de um processo de mudanças profundas na ordem mundial então estabelecida. A seguir dar-se-á a crise do sistema capitalista internacional e o aspecto de um segundo confronto armado na Europa, que arrastou quase o mundo inteiro: a 2ª Guerra Mundial e as suas consequências. Atendendo aos aspectos mais marcantes das consequências da 2ª Guerra Mundial inicia-se a terceira área, cujos conteúdos essenciais referem-se ao movimento independentista na Ásia e em África, provocado pelo cimentar da consciência nacionalista; a Guerra Fria, a política de blocos e suas consequências e, por fim, a desintegração do bloco socialista que irá anunciar o fim da Guerra Fria. As implicações desse processo fecham o ciclo.

Programa de História da 10^a, 11^a e 12^a Classe²⁸ para os cursos de Ciências Económicas e Jurídicas e Ciências Humanas aborda as seguintes temáticas ligadas a História de Angola, na **10^a classe**: Angola: o território e as populações mais antigas (10 horas), África na era do tráfico de escravos (14 horas), Angola, a abertura ao atlântico; impacto inicial (14 horas) e o apogeu do tráfico de escravos (séc. XVIII) (18 horas), na **11^a classe**: do tráfico de escravos ao comércio “lícito” (1822-1880) (16 horas), Angola no período da conquista Europeia de África (1880-1915) (14 horas), o colonialismo português e a sociedade angolana na primeira metade do séc. XIX (1915-1960) (13 horas), a revolta anti-colonial e a luta de libertação nacional (1962-1975) (14 horas) e na **12^a classe** tem um tema que é Angola de 1975 à Actualidade, com duração de (24 horas).

Segundo a análise feita do programa de História conseguimos perceber que o Professor que lecciona da 10^a à 12^a classe na sua planificação durante o ano lectivo, tem 137 horas para falar da História de Angola aos alunos, 56 horas para 10^a classe, 57 horas para 11^a classe e 24 horas para a 12^a classe.

3.3. O lugar da História de Angola no currículo para a formação de Pastores no STB

A formação dos Pastores no STB tem como objectivo preparar os vocacionados ao ministério pastoral, capacitando-os, equipando-os para que possam fazer face aos desafios do presente, propondo uma resposta às esperas do homem criado à imagem de Deus, mas corrompidos pelas correntes deste século (STB, 2006, pp. 1-2). O Pastor formado pelo STB terá como responsabilidade primordial a condução espiritual de uma Igreja Local (Paróquia²⁹), no desempenho das suas funções caberá ao Pastor orientar e coordenar todas as actividades da Igreja local, pregar e ensinar o Evangelho de Jesus Cristo todos os dias, apascentar as ovelhas do Senhor que estão sob o seu pastorado, amando-as sem distinção, baptizar, celebrar as ordenanças³⁰ e servir de conselheiro a todos membros.

O STB (2006, pp. 13-16) tem como proposta inicial a formação do seminarista em áreas que ela classifica como do “ser”, do “saber” e do “fazer”. Por esta razão,

²⁸ Produzido pelo INIDE - Editora Moderna, S.A.

²⁹ Paróquia é a comunidade dos fiéis submetidos ao pastor, ou por outra, é o território sobre o qual se estende a jurisdição do pastor (equivalente administrativo a um bairro) (IEBA, CONSTITUIÇÃO, 2007, p. 9)

³⁰ As ordenanças são: Baptismo, Santa Ceia, os actos pastorais como casamento, dedicação de crianças, etc....

distinguem-se áreas do saber na formação teológica dos pastores: área da teologia, área das línguas e Missiologia. Para uma preparação integral, multifacetada e contextualizada complementam a formação teológica a área sistemática e a área prática com vista ao aperfeiçoamento da formação global.

A História de Angola no processo de formação dos pastores no STB tem o seu lugar como disciplina científica na área sistemática ou áreas conexas, como ciência social vai assegurar uma formação cívica para o exercício consciente da cidadania, bem como contribui para o desenvolvimento de atitudes de respeito e pelos valores tradicionais, pela vida e pela dignidade humana e igualdade, ainda como disciplina científica vai permitir o seminarista aplicar o pensamento lógico e abstracto, conhecer a multiplicidade de factores que desencadearam e desencadeiam os eventos e os processos conjunturais, permitindo compreender o diálogo entre o passado e o presente, vai entender e interpretar a História de Angola e não só.

Na área da Teologia e Missiologia, a História ajuda a compreender o desenvolvimento das narrações bíblicas, ajuda no processo de intercalação de livros longos e livros curtos, em análise do contexto do texto lido e a sua evolução, no processo de estudo das teologias históricas vai contribuir em entender a Bíblia como sendo, ela mesma, um fenómeno histórico e ao mesmo tempo como fonte documental do trabalho do Pastor ou Teólogo. Na área da Teologia de Missões a História ajuda na datação e na periodização dos acontecimentos das missões, bem como contribui para registo das acções de propagação de uma religião.

Podemos assim dizer que a cadeira de História de Angola no currículo de formação dos pastores no Seminário Teológico Baptista tem um lugar de destaque, pode-se dizer que, por ser uma disciplina conexas ou intermediária entre todas as áreas de saber, acaba por exercer um papel interdisciplinar, contribuindo na formação multifacetada dos pastores com vista a satisfazer os objectivos preconizados e a finalidade da criação desta Instituição Teológica de Ensino Superior.

3.4. Proposta didáctica do Programa de História de Angola

A disciplina chamar-se-á História de Angola, a visão é passar a ser ministrado no 2º Ano e no segundo semestre em um dos créditos que as ciências conexas apresentam,

será ministrado no STB em um semestre no curso de Teologia, com o seguinte esquema conceptual:

Tabela 13- Caracterização da Disciplina

Disciplina	História de Angola
Ano académico	2º
Curso	Teologia
Regime académico	Semestral
Tempos lectivos semanais	2 horas
Total de horas semestral	30 horas

3.4.1. Finalidade de Ensino da História de Angola

A História de Angola tem como finalidade:

- Contribuir para a inserção dos seminaristas/Pastores na realidade social, política e cultural que os rodeia ou da igreja local/comunidade onde vai pastorear e fornecer um conjunto de conhecimentos sobre factos e tempos históricos de Angola;
- Proporcionar aos seminaristas a compreensão da relatividade e multiplicidade de valores em diferentes tempos e espaços de Angola onde possivelmente pode ir pastorear;
- Promover o desenvolvimento de atitudes de tolerância face às ideias, crenças, culturas, opiniões e valores diferentes dos seus que possivelmente pode encontrar na comunidade.

3.4.2. Objectivos Gerais da Disciplina

Através do estudo e análise dos acontecimentos mais relevantes ao longo da História de Angola, a disciplina vai habilitar os seminaristas a:

- Desenvolver o pensamento lógico, abstracto, capacidade de observação, comparação e discernimento;
- Aprofundar e consolidar os conhecimentos adquiridos no ensino secundário geral;
- Compreender os factos históricos ocorridos nas nossas localidades que levaram à constituição dos nossos povos e etnias;
- Conhecer alguns aspectos do nosso país e dos primeiros povos que habitaram o actual território que se chama Angola;
- Estimular a importância do estudo da História de Angola no exercício da função pastoral para conhecer melhor a realidade local;
- Conhecer a periodização da História de Angola e os respectivos processos históricos destes períodos;
- Compreender a importância das conquistas alcançadas com a independência nacional;
- Criar o gosto pelo estudo da História.

Os objectivos específicos da disciplina serão determinados por cada tema de estudo a ser abordado com os seminaristas, que por sua vez, terá igualmente um objectivo geral do tema e os objectivos específicos.

3.4.3. Objecto de Estudo da Disciplina e Tarefas

O conhecimento histórico ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói seu tempo, a disciplina de História de Angola no STB deverá ocupar-se do estudo e análise dos acontecimentos mais relevantes ao longo do processo histórico angolano.

No entender de Proença (1992, pp. 95-96) História é a ciência responsável por estudar os acontecimentos passados. Esse estudo, no entanto, não é feito de qualquer maneira, pois o historiador, em seu ofício, deve colocar em prática uma análise crítica do seu objecto de estudo, a fim de racionalizar a conclusão sobre os acontecimentos

investigados. Por isso, definiu-se as seguintes tarefas para a disciplina de História de Angola:

- 1) Seleccionar conteúdos de História de Angola indispensáveis para a formação dos seminaristas/pastores;
- 2) Precisar os processos históricos dos grupos etnolinguísticos na História de Angola;
- 3) Avaliar os métodos de ensino e determinar os meios de ensino da pós-modernidade para a formação de seminaristas/pastores: recursos audiovisuais³¹ ou multimeios, material institucional, materiais didácticos³² etc.

3.4.4. Sugestões Metodológicas

O ensino da disciplina de História de Angola obedecerá as seguintes sugestões metodológicas gerais:

1. O processo de ensino-aprendizagem será organizado em conferências, seminários, aulas práticas com multimeios, através da exposição oral procurar-se-á explicar cada tema as questões relacionadas à periodização da História de Angola e os respectivos acontecimentos históricos destes períodos, o surgente e a evolução dos espaços etnolinguísticos de Angola.
2. Discussões dirigidas com a participação activa dos seminaristas, em que farão exposições de factos históricos previamente indicados.
3. Realização de visitas de estudo para conhecer alguns onde haja restos arqueológicos, gravuras ou figuras dos primeiros homens que habitaram o actual território angolano (os Khoi e os San).

³¹ Dentre as Tecnologias de Informação e Comunicação mais comuns nas escolas estão os recursos audiovisuais básicos como a televisão, os aparelhos de reprodução de vídeos, projetores, aparelhos de som e computadores que permitem o trabalho com imagens, vídeos, músicas e conteúdos multimídia.

³² O material didático é um produto pedagógico que ajuda o aluno a entender melhor o conteúdo que está sendo estudado, pode ter vários formatos, sendo o principal o impresso.

4. Exposições de mapas que retratam a chegada dos Bantu e outros povos ao território angolano e suas vias de penetração.
5. Serão convidados individualistas e especialistas para fazerem conferências sobre assuntos pertinentes da História recente ligados ao programa.
6. Constituição de grupos de trabalho destinados a incentivar o espírito de análise criativa e de investigação sobre temas a escolher no âmbito da matéria e exposição do mesmo trabalho em tempo limitado.
7. Realização de um trabalho individual, inserido no tema específico seleccionado pelo grupo a que pertence.
 - Para a frequência da disciplina os seminaristas vão realizar acções sumárias de investigação. Esta medida tem em vista desenvolver um espírito de estudo e análise criativa.
 - Os trabalhos terão no mínimo 10 páginas em folha A4.
8. A avaliação será feita com base em testes, provas de avaliação. Trabalho individual, complementando com a valorização da participação individual nas aulas e trabalhos.
9. Trabalho aplicado de História de Angola.

3.4.5. Temas, Organização e Meios de Ensino

Tabela 14- Temas Organizadores

Nº	Sistema de Conhecimentos	
01	Tema – I	Periodização de História de Angola
02	Tema - II	A Igreja em Angola
03	Tema - III	Cultura, Etnia e Línguas de Angola
04	Tema – IV	Os Espaços socioculturais de Angola

Os meios de ensino-aprendizagem são elementos que auxiliam na execução do processo de ensino-aprendizagem, e uma das condicionantes para o êxito do processo educativo é o uso adequado dos meios de ensino. É muitíssimo importantes porque aproximam o aluno da realidade estudada, o professor deve estar capacitado para adequar os objectivos de ensino ao conteúdo e aos meios. Para a realização das aulas de História de Angola serão privilegiadas para além dos tradicionais meios de ensino, os meios mais contemporâneos como os audiovisuais e alguns temas serão desenvolvidos por elementos que se vão envolverem no mesmo processo histórico.

Tabela 15- Distribuição das Horas Lectivas

Temas	Conferências	Seminários	Aulas Práticas	Avaliação	Total
Tema - I	6	2	1	2	11
Tema - II	3	1	1	1	6
Tema III	2	1	0	1	4
Tema IV	4	2	2	1	9
Total	15	6	4	5	30

Tema I – Periodização de História de Angola

Objectivo Geral:

- Caracterizar os períodos e momentos que marcam a História de Angola do século XV até ao século XXI.

Objectivos Específicos:

- Conhecer as migrações do povo Bantu.
- Demonstrar os Estados, Reinos e Impérios que formaram o território que hoje se chama Angola.
- Estudar as diversas formas de resistência à Ocupação Colonial Portuguesa praticadas pelos povos do território que veio a ser Angola.

- Situar o Processo de Tráfico de Escravos no contexto local.
- Analisar o Período da Proclamação da Independência de Angola.
- Descrever o Envolvimento da Igreja nos Acordos e Protocolo de Memorando para a Paz.

Conteúdo temático:

- As Grandes Migrações dos Povos Bantu no Século XV.
- A Formação dos Estados, Reinos ou Impérios.
- A Penetração Portuguesa no Interior e as Resistências para Ocupação Territorial de Angola.
- O Tráfico de Escravos.
- A Proclamação da Independência Nacional de Angola.
- Acordos e Protocolo de Memorando para o Cessar-fogo e o Alcance da Paz em Angola.

Tema II – A Igreja em Angola**Objectivo Geral:**

- Analisar o processo de implantação da Igreja em Angola e seus processos de formação.

Objectivos Específicos:

- Avaliar o papel da Sociedade Missionária Baptista na criação ou implantação da igreja em Angola.
- Conhecer a organização e a História da Igreja Evangélica Baptista em Angola.
- Situar a História do Seminário Teológico Baptista.

Conteúdo temático:

- A Implantação da Igreja em Angola.
- Missão, Visão e Causa da Sociedade Missionária Baptista.
- Igreja Evangélica Baptista em Angola.
- Seminário Teológico Baptista

Tema III – Cultura, Etnia e Línguas de Angola**Objectivo Geral:**

- Compreender a aplicabilidade e o valor do conceito de cultura e etnias no contexto local.

Objectivos Específicos:

- Diferenciar os tipos de culturas existentes nos grupos étnicos e as suas simbologias.
- Demonstrar todas as etnias de Angola.
- Explicar a religião como um elemento da cultura.

Conteúdo temático:

- Estudo da Cultura.
- A Religião.
- O Símbolo.
- As Etnias de Angola.

Tema IV – Os Espaços Socioculturais de Angola

Objectivo Geral:

- Conhecer as circunstâncias históricas das fundações dos três (3) espaços socioculturais de Angola.
- Compreender a localização geográfica dos grupos étnicos no actual território de Angola.

Objectivos Específicos:

- Comparar as maiorias étnicas e as minorias étnicas de Angola.
- Demonstrar as origens, organização e localização dos grupos étnicos no mapa de Angola
- Fundamentar a importância e a preservação das culturas étnicas dentro das doutrinas Baptista.

Conteúdo temático:

- Origem, Localização no Território Nacional e Organização dos Três Espaços Socioculturais de Angola.
- As Minorias Étnicas de Angola os Khoi e os San
- Os Vâtwa
- As maiorias Étnicas de Angola os Bantu.

3.4.6. Sistema de avaliação

A avaliação da disciplina respeitará o regime de avaliação de conhecimentos aprovados no Regulamento de ordem interno do STB e em vigor na instituição que estabelece a realização de (2) duas provas parcelares ao longo do semestre, tratando-se de uma disciplina semestral, culmina com (1) um exame semestral da disciplina. Para

cada um dos quatro temas foi reservada uma hora de avaliação contínua, cujo critério dependerá do professor.

CONCLUSÕES

Ao terminar, concluiu-se que se identificou e seleccionou-se conteúdos de História de Angola que podem contribuir para a formação superior de seminaristas do Seminário Teológico Baptista, foram seleccionados conteúdos que cobrem a História de Angola desde o período anterior à 1482. A investigação realizada permitiu concluir que o ensino da História de Angola tem um papel fundamental na formação da percepção dos seminaristas, os Pastores devem conhecer a cultura e a história da comunidade onde vão pastorear para conseguirem situar-se no ambiente sociocultural em que vão trabalhar.

Concluiu-se ainda que a História ajuda na construção da cidadania, de uma identidade nacional através das relações sociais e individuais, além de permitir analisar e compreender o tempo presente e explorar criteriosamente as múltiplas relações históricas permitindo compreender o entrelaço social, a cultura, a construção moral e a realidade que estão inseridos. Por isso, o STB coloca a História como ciência conexa para preparar os seminaristas no exercício do seu ministério para saber liderar a igreja.

O Seminário Teológico Baptista prepara os vocacionados ao ministério pastoral, capacitando-os para a condução espiritual de uma Igreja Local. O Ensino da História de Angola no processo de formação dos pastores mostra-se como tendo um papel fundamental na formação cívica para o exercício consciente da cidadania, bem como contribui para o desenvolvimento de atitudes de respeito e pelos valores tradicionais, pela vida e pela dignidade humana e igualdade. A História de Angola no currículo de formação dos pastores tem um lugar de destaque por exercer um papel interdisciplinar, contribuindo na formação multifacetada dos pastores com vista a satisfazer os objectivos preconizados e a finalidade da criação desta instituição Teológica de Ensino Superior.

O currículo do STB deve acompanhar o processo de desenvolvimento do país e da igreja, incluindo novas disciplinas que respondem as necessidades actual, porque o currículo trata de acções a serem ensinadas na sala de aula, as acções realizadas no ambiente educacional, sejam elas administrativas ou pedagógicas, que definem a identidade e subjectividade da produção histórica, cultural e social na construção dos

modos de ensino. O programa de História que se lhe apresenta está ligado à organização, selecção dos conteúdos programáticos, dos saberes e conhecimentos inerentes ao processo de ensino-aprendizagem dos seminaristas.

O trabalho realizado permitiu apresentar uma proposta didáctico-pedagógica da disciplina de História de Angola com (4) quatro temas: periodização da História de Angola, onde trata dos grandes acontecimentos históricos, como a penetração portuguesa em Angola, o tráfico de escravos e a independência de Angola; no segundo tema propõe-se falar se da Igreja em Angola, onde vai tratar-se da implantação da BMS e da IEBA em Angola; no terceiro está a temática da Cultura, etnia e línguas de Angola, vom vista a tratar da cultura dos grupos étnicos dentro da religião e no quarto tema pretende-se abordar sobre os espaços socioculturais de Angola, com a expectativa de falar e tratar das minorias e maiorias étnicas de Angola. Os conteúdos seleccionados de acordo com as novas necessidades sociais e as finalidades éticas da educação permitem a aquisição de um saber aberto e a formação de atitudes e desenvolvimento de capacidades. Conclui-se, portanto, que o conhecimento sobre os espaços socioculturais de Angola permite os pastores compreenderem a dimensão histórica do processo de constituição dos povos de Angola.

Para cada tema foram seleccionados conteúdos, métodos e meios de ensino adequados aos objectivos preconizados e é, igualmente seleccionado para cada tema um conjunto de bibliografias específicas e algumas obras e textos de consultas obrigatórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. R., & ROHREGGER, R. (2009). A importância de formação teológica para o pastor. *Revista Caminhando*, 55.
- BOAS, F. (2004). *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARVALHO, P. d. (2008). Estado, nação e etnias em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, 61-71.
- DOMINGUES, J. E. (25 de Julho de 2021). Obtido de <https://ensinarhistoria.com.br>
- ECO, U. (2001). *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. Lisboa: Piaget.
- FREIRE, P. (2002). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra.
- GEERTZ, C. (2001). *Nova Luz Sobre Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GEERTZ, C. (2008). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: 13 Reimpr.
- GRENFELL, F. J. (1998). *História da Igreja Baptista em Angola 1879 - 1975*. Luanda: Centro de publicações Cristã.
- HENDERSON, L. W. (2001). *A igreja em Angola: um rio com varias correntes* (2ª ed.). Lisboa: Além - Mar.
- IEBA. (2007). *CONSTITUIÇÃO*. Luanda: STB - IEBA.
- IEBA. (2011). *Código de Ética Pastoral*. Luanda: Colégio Pastoral.
- IEBA. (2015). *Acta da 23ª sessão ordinária da Assembleia Geral - IEBA*. Luanda: IEBA.
- IEBA. (2017). *Acta da 24ª Assembleia Geral da IEBA*. Luanda: IEBA.
- IEBA. (2019). *Acta da 25ª Assembleia geral da IEBA*. Luanda: IEBA.
- IEBA. (2021). *Acta da 26ª Assembleia Geral da IEBA*. Luanda: IEBA.
- IMBAMBA, M. (2010). *Uma Nova Cultura Para Mulheres e Homens novos: um projecto filosófico para Angola no 3º milenio à luz da filosofia de Baptista Modim*. Luanda: Paulinas.
- KAJIBANGA, V. (2010). Culturas étnicas e cultura nacional: uma reflexão sociológica sobre o caso angolano. *Revista Angolana de Sociologia*, 97-103.
- KEBANGUILAKO, D. (2009). O ensino de história de Angola na formação superior dos oficiais das FAA no ISTM. *Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em ensino de História de Angola*, 14.

- KEBANGUILAKO, D. (2016). A Educação em Angola: Sistema Educativo, Políticas Públicas e os Processos de Hegemonização e Homogeneização Política na Primeira República (1975-1992).
- KONING, F. (1995). *Léxico das Religiões*. Rio de Janeiro: Vozes.
- LIBÂNEO, J. C. (2006). *Democratização da Escola Pública - a pedagogia crítica social dos conteúdos* (21ª ed.). São Paulo.
- LIBÂNEO, J. C. (2013). Didáctica. *Prática educativa, pedagogia e didáctica* (2ª).
- LIDÓRIO, R. (2011). *Introdução à antropologia missionária*. São Paulo: Nova vida.
- MAIA, A. d. (2019). Aprender com o pastor ou com o professor. *ANPUH - 30º Simpósio Nacional de História*, 62.
- MARIA, P. d. (2010). Minorias étnicas em Angola, o caso dos San. *Trabalho apresentado para obtenção de grau de licenciatura em ciências da Educação*.
- MATUMONA, M. (2010). CONTRIBUTO DA TEOLOGIA PARA A RECONSTRUÇÃO NACIONAL. *RAS - Revista Angolana de Sociologia* (5 e 6), 83-96.
- MBUNGA, H. (2015). A problemática da periodização da história de Angola: O PERÍODO COLONIAL. *Actas do III encontro internacional de História de Angola* (pp. 149-152). Luanda: ANA.
- MENDES, J. M. (1993). *A história como ciência: fontes, metodologia e teorização* (3ª ed.). Coimbra: Coimbra.
- MYATT, A., & FERREIRA, F. (2002). *Teologia Sistemática*. Rio de Janeiro: SP.
- NETO, M. d. (2016). A memória como matéria inflamável: Reflexões a partir do caso angolano. *Revista Mulemba*, VI, 375-393.
- Pascoal, H. (25 de Julho de 2018). Trabalho de Fim do Curso. *A Refuncionalização dos Símbolos nas Crenças Religiosas Bakongo: estudo do Ritual "Nsisani" da Igreja Kimbanguista no Golf I em Luanda*. FCS, Maianga/Luanda, Angola.
- PETERSON, P. D. (2003). *O professor do ensino básico: perfil e formação*. Lisboa: Piaget.
- PILETTI, C. (2004). *Didáctica Geral* (23ª ed.). São Paulo: Ética.
- PINSKY, J., & PINSKY, C. (2004). *Por uma história prazerosa e consequente" in História na sala de aula* (2ª ed.). São Paulo.
- PROENÇA, M. C. (1992). *Didáctica da História*. Lisboa: Universidade Aberta.

- REDINHA, J. (2009). *Etnias e cultura de angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- RIBEIRO, A. i. (2011). Iniciativa a investigação histórica. *Documentos de trabalho (citações de vários autores)*, 3-10.
- SACRISTÁN, J. G. (2000). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: ARTMED.
- STB. (2006). *Regulamento de Ordem interna do Seminário Teológico Baptista da IEBA*. Luanda: STB/IEBA.
- STB. (2012). *Relatório de Actividades do STB de 2012 - 2013 à 22ª Assembleia geral*. Luanda: STB.
- STB. (2021). *Relatório de Actividades a 62ª Comissão Executiva Geral*. Luanda: STB.
- TYLOR, E. (1903). *Primitive Culture*. London: John Murray.
- VASCONCELLOS, C. S. (2011). *Planejamento: projecto de ensino – aprendizagem e projecto político pedagógico* (9ª ed.). São Paulo: Libertad.
- ZABALZA, M. (1992). *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*. Porto: ASA.

Anexos

Anexo – I - Guião de entrevista nº 01**SEMINARISTAS**

Perfil do entrevistado		
Idade:	Sexo:	Província de origem:
Paróquia:	Curso feito no ensino médio ou secundário:	Opção/curso:
Já alguma vez foi professor:	Onde: Quando:	Nível

1. Teve a cadeira de História no ensino médio/secundário?
2. Já estudou História de Angola enquanto estudante?
3. Que temas de História de Angola que mas gostas?
4. Conheces a cultura da Região onde vens?
5. Cita alguma coisa desta Região ligada a História de Angola?
6. Já teve alguma formação Teológica antes desta que estás a fazer no STB?
7. Durante atua formação no STB estudou algum tema de História de Angola?
8. Achas, que o Ensino de História de Angola é importante para a formação de um seminarista/Pastor?
9. Que temas de História de Angola gostaria de estudar no STB?
10. O que sabes sobre a História de Angola?
11. Porque?
12. Será que os conhecimentos de História vão-lhe ajudar a ter uma concepção de todas Regiões onde tem Igreja Baptista?
13. Como?
14. Gostarias de ser colocado em que Região?
15. Porque?
16. Conheces a Língua, os Povos e a Cultura da mesma Região?
17. Já ouviu falar do papel do papel que a igreja exerceu nas eleições de 1992?
18. Sempre foi tua intenção ser Pastor?

Anexo – II - Guião de entrevista nº 02**REITOR E SECRETÁRIO ACADÉMICO**

Perfil do entrevistado		
Idade:	Sexo:	Província de origem:
Paróquia:	Grau académico:	Curso:
Quanto tempo trabalha no STB:	Onde fez a licenciatura em teologia:	

1. O que é necessário para ser admitido no STB?
2. Como é constituído o processo de admissão dos seminaristas no STB?
3. Quais são os compartimentos que a estrutura do STB tem?
4. Qual é a unidade orgânica da reitoria do STB?
5. De 1977 na primeira Assembleia que fundou o IBB até reformar-se STB quais foram os seus responsáveis (Directores ou Reitores), divididos em anos ou mandatos (um percurso histórico)?
6. O STB forma para que finalidade?
7. Quais são as alterações curriculares que o STB já sofreu?
8. Quantos pastores já formaram de 1977 até 2010, de 2011 até 2020?
9. Quantos alunos têm actualmente em formação?
10. Número de professores?
11. Quais são (nomes) os pastores formados em Kalambata ou Escolas Bíblicas e Institutos Teológicos do Congo/Zaire de 1961 – 1977 que ainda estão a servir como pastores na IEBA?
12. Será que a História de Angola é uma disciplina necessária para o currículo de formação pastoral?
13. Que temas de História de Angola o seminarista deve dominar?
14. Quando é que o pastor é chamado Reverendo?

Anexo – III – Bibliografias por tema:

Para a referência bibliográfica dos temas nos anexos, estão indicados para além de obras publicadas, vários ensaios, textos narrativos e analíticos, teses e dissertações, artigos publicados em revistas científicas.

Tema I – Periodização de História de Angola

ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa (1985) Cultura tradicional Bantu. Luanda: Secretariado arquiidiocesano de pastoral.

BOAVIDA, Américo (1967) Angola: cinco séculos de exploração portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CURTO, José (2005) Resistência à escravidão na África: o caso dos Escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876. Afro-Ásia. Rio de Janeiro.

FERREIRA, Roquinaldo (1998). Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860). Revista Afro-Ásia. Rio de Janeiro.

KEBANGUILAKO, Dinis (2009). O ensino de história de Angola na formação superior dos oficiais das FAA no ISTM. *Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em ensino de História de Angola*, 14.

FERRO, Marc (1996) História das colonizações. São Paulo: Companhia das Letras.

GUERRA, João Paulo (1994) Memória das guerras coloniais, Porto, Edições Afrontamento

MBUNGA, Honore (2015). A problemática da periodização da história de Angola: O PERÍODO COLONIAL. *Actas do III encontro internacional de História de Angola* (pp. 149-152). Luanda: ANA.

JAIME, Drumond e BARBER, Helder (2000) Angola: Depoimento para a História recente, s/l, Edição dos autores

MOREIRA, José Fernando de O (2006) A expansão bantu e sua importância para a história da África. *In: SILVA, Marilena da, e GOMES, Uene José (Orgs.). África, afrodescendência e educação*. Goiânia: Ed. da UCG.

LABAN, Michel, (1991) Angola - Encontro com escritores, Porto, edição da Fundação Engº António de Almeida, 2 vols.

- NETO, Ana Maria (1991) *Industrialização de Angola. Reflexão sobre a experiência da Administração portuguesa 1961-1975*, Lisboa, Escher
- NETO, Maria d. (2016). A memória como matéria inflamável: Reflexões a partir do caso angolano. *Revista Mulemba*, VI, 375-393.
- CURTIN, Philip D. (2011) Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. *In* KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África: metodologia e pré-história da África*. v. 1. Tradução do MEC – Centro de estudos afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. 3. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, (Coleção História da África, 1).
- KI-ZERBO, Joseph (2011) *História Geral da África: metodologia e pré-história da África*. v. 1. Tradução do MEC – Centro de estudos afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. 3. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, (Coleção História da África, 1)
- KLEIN, Herbert S. (1989) *Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico*. Revista História. Jan./Jul.
- RODRIGUES, Jaime (1997) *O tráfico de escravos*, São Paulo: Ática. (História em movimento)
- PÉLISSIER, René (1997) *História das campanhas de Angola. Resistência e revolta*. Lisboa: Estampa.
- PACHECO, Carlos (1997) *MPLA, um nascimento polêmico (as falsificações da História)*, Lisboa, Veja
- PEZARAT CORREIA, Pedro (1992) *Descolonização de Angola - a "jóia da Coroa" do império português*, Lisboa, Editorial Inquérito
- SILVA, Márcia Maro da (2008) *A independência de Angola*. (Tese Doutorado) – Instituto Rio Branco, Brasília.
- SILVA, Zoraide Portela (2016) *Guerra Colonial e Independência de Angola: O fim da guerra não é o fim da guerra*. Revista Transversos. “Dossiê: História Pública: Escritas Contemporâneas de História”. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07. Ano 03. set. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>.

Tema II – A Igreja em Angola

- CARVALHO, P. d. (2008). Estado, nação e etnias em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, 61-71.
- GRENFELL, F. J. (1998). *História da Igreja Baptista em Angola 1879 - 1975*. Luanda: Centro de publicações Cristã.
- HENDERSON, L. W. (2001). *A igreja em Angola: um rio com varias correntes* (2ª ed.). Lisboa: Além - Mar.
- HENDERSON, Lawrence W. (1990) *A Igreja em Angola - Um rio com várias correntes*, Lisboa, Editorial Além-Mar
- IEBA. (2007). *CONSTITUIÇÃO*. Luanda: STB - IEBA.
- KONING, F. (1995). *Léxico das Religiões*. Rio de Janeiro: Vozes.
- LIDÓRIO, R. (2011). *Introdução à Antropologia Missionária*. São Paulo: Nova vida.
- MATUMONA, M. (2010). CONTRIBUTO DA TEOLOGIA PARA A RECONSTRUÇÃO NACIONAL. *RAS - Revista Angolana de Sociologia* (5 e 6), 83-96.

Tema III – Cultura, Etnia e Línguas de Angola

- BOAS, F. (2004). *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARVALHO, P. d. (2008). Estado, nação e etnias em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, 61-71.
- GEERTZ, C. (2008). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: 13 Reimpr.
- IMBAMBA, M. (2010). *Uma Nova Cultura Para Mulheres e Homens novos: um projecto filosófico para Angola no 3º milénio à luz da filosofia de Baptista Modim*. Luanda: Paulinas.
- KAJIBANGA, V. (2010). Culturas étnicas e cultura nacional: uma reflexão sociológica sobre o caso angolano. *Revista Angolana de Sociologia*, 97-103.
- LIDÓRIO, R. (2011). *Introdução à Antropologia Missionária*. São Paulo: Nova vida.
- MARIA, P. d. (2010). Minorias étnicas em Angola, o caso dos San. *Trabalho apresentado para obtenção de grau de licenciatura em ciências da Educação*.

- Neto, Maria da Conceição (2002) a Nação, a Cidadania e a Constituição *in* Fórum Nacional sobre a participação dos Cidadãos no Processo Constitucional", visando o debate público sobre a futura Constituição, publicado no Semanário AGORA (Ano 7, nº 309 e nº 310, 1 e 8 de Fevereiro de 2003).
- Pascoal, H. (25 de Julho de 2018). Trabalho de Fim do Curso. *A Refuncionalização dos Símbolos nas Crenças Religiosas Bakongo: estudo do Ritual “Nsisani” da Igreja Kimbanguista no Golf I em Luanda*. FCS, Maianga/Luanda, Angola.
- REDINHA, J. (2009). *Etnias e cultura de angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- RIBEIRO, A. i. (2011). Iniciativa a investigação histórica. *Documentos de trabalho (citações de vários autores)*, 3-10.
- STB. (2006). *Regulamento de Ordem interna do Seminário Teológico Baptista da IEBA*. Luanda: STB/IEBA.
- TYLOR, E. (1903). *Primitive Culture*. London: John Murray.

Tema IV – Os Espaços Socioculturais de Angola

- CARVALHO, P. d. (2008). Estado, nação e etnias em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, 61-71.
- KAJIBANGA, V. (2010). Culturas étnicas e cultura nacional: uma reflexão sociológica sobre o caso angolano. *Revista Angolana de Sociologia*, 97-103.
- KONING, F. (1995). *Léxico das Religiões*. Rio de Janeiro: Vozes.
- MARIA, P. d. (2010). Minorias étnicas em Angola, o caso dos San. *Trabalho apresentado para obtenção de grau de licenciatura em ciências da Educação*.
- MALANDRINO, Brígida Carla (2009) Espaços de hibridações e de diálogos culturais: o caso bantú. *Revista de Estudos da Religião*. Março.
- PROENÇA, M. C. (1992). *Didáctica da História*. Lisboa: Universidade Aberta.
- REDINHA, J. (2009). *Etnias e cultura de angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.

Anexo – IV – Fotos:



Figura 2- Os primeiros Pastores ordenados na Igreja Evangélica Baptista em Angola, no ano de 1977 na realização da 1ª Assembleia-geral na cidade do Uíge



Figura 3- Pastor Agostinho Cadiazoko - **Finalista do Ano Académico 1988 – 1989**



Figura 4 - Pastores Soba Ndualu Mbuta, Miguel Teja Domingos, João André Pedro, José Miguel Garcia - **Finalistas do Ano Académico 1991 – 1992**



Figura 5 – Pastores Joaquim Lelo Gime, Egas Afonso Bartolomeu, João Milando - **Finalistas do Ano Académico 1995 – 1996**



Figura 6 - Pastores MALUKISA SOKI MARCEL, MAKIADI FILIPE, ABRAÃO KICUAMA - **Finalistas do Ano Académico 1998 – 1999**



Figura 7- Pastores:

Nsimba Manzambi

Jerónimo Lufualunkatu Sebastião

André Garcia Bungu Canó

João Malonda

Oliveira Panzu Gastão

Finalistas do Ano Académico 2000 – 2001



Figura 8- Pastores Simão Afonso Henrique, Pedro Kiala Filó, Luzizila Manuel Francisco, André Lema, João Kiassata Kudibanza - **Finalistas do Ano Académico 2006 – 2007**



Figura 9- Actual instalação do Seminário Teológico Baptista “**STB**”
Compartimentos da Direcção



Figura 11 – Sala de aula e Campus de alojamento do Seminário Teológico Batista “STB”



Figura 10 – Refeitório do Seminário Teológico Batista “STB”

Anexo – V – Código de Ética Pastoral

ÍNDICE	
CAPÍTULOS	
	Página
Introdução	
1. Disposições preliminares	
2. Princípios gerais	
3. Direitos fundamentais do pastor	
4. Dos deveres fundamentais do pastor	
5. Deveres do pastor para com a sua vida pessoal	
6. Deveres do pastor para com a sua família	
7. Deveres do pastor para com a igreja local	
8. Deveres do pastor para com o trabalho	
9. Deveres do pastor para com a igreja em geral	
10 Deveres do pastor quando exerce actividades em instituições ecuménicas	
11 Dos deveres do pastor para com os seus colegas de ministério	
12 Deveres do pastor quando exerce o ministério colegial	
13 Deveres do pastor para com a sociedade e a política	
14 Sigilo no exercício do ministério pastoral	
15 Observância, aplicação e cumprimento deste código de ética	
16 Sanções e agravantes aplicáveis	
17 Das atenuantes aplicáveis	
18 Das disposições gerais	

INTRODUÇÃO

O presente **CÓDIGO DE ÉTICA PASTORAL** foi elaborado a partir da compilação das Resoluções das Assembleias Geral da L.E.B.A. e adaptações dos códigos de Ética já existentes.

Os artigos estão distribuídos nos diversos capítulos concernentes a necessária divisão deste código e não há preocupação quanto ao facto de alguns desses artigos, parágrafos e incisos se assemelharem e até mesmo se repetirem se for o caso. Quando isso acontece, assim é para enfatizar o tópico a que se refere.

Ética – A ética pode ser definida como: *o estudo crítico da moralidade, ou seja, a ciência da moral.*

Quando se fala em “ética” no sentido estrito em que a palavra aparece em expressões como “ética do pastor” está se referindo em geral a um padrão que serve de guia para a conduta do Pastor. Um código de ética, entende-se ética neste contexto, é, assim, um documento que procura explicar esse padrão (ou pelo menos uma parte dele). O código de ética é um conjunto de princípios norteados assumidos publicamente, de modo a moldar as actividades a que se aplica o código consoante anseios por honestidade, solidariedade, correcção e outros do género.

A relação entre o ministério pastoral e a pessoa do Pastor exige um bom casamento entre o discurso e o ser deste. Sendo modelo ou padrão dos fiéis e não só, na palavra, no procedimento, no amor, na fé, na pureza, etc... o Pastor deve ter um compêndio de leis ou regulamentos que ajuda lhe preencher o papel de Luz do mundo e Sal da terra que a Bíblia confere ao discípulo de Cristo, e de corresponder ao ministério para o qual é chamado.

1 Timóteo 4.12

Ninguém despreze a tua mocidade; pelo contrário, torna-te padrão dos fiéis, na palavra, no procedimento, no amor, na fé, na pureza.

Mateus 5.13 – 16

13. Vós sois o sal da terra; ora, se o sal vier a ser insípido, como lhe restaurar o sabor? Para nada mais presta senão para, lançado fora, ser pisado pelos homens.
14. Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder a cidade edificada sobre um monte;
15. nem se acende uma candeia para colocá-la debaixo do alqueire, mas no velador, e alumia a todos os que se encontram na casa.
16. Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus.

CAPITULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º

O presente código de ética regulamenta os direitos e deveres dos pastores, na forma de capítulos, artigos, incisos e tópicos, conforme se segue.

§ 1º - Compete a IEBA zelar pela observância deste código e seus princípios; firmar jurisprudência e actuar nos casos omissos.

§ 2º - Cabe ao pastor e aos interessados comunicar, conforme instruções deste código, directamente, a Igreja, com clareza e embasamento, factos que caracterizam a inobservância do presente código e das normas que regulamentam o exercício do ministério pastoral nos seus mais variados aspectos.

§ 3º - A Igreja poderá introduzir alterações no presente código, nos termos do artigo 33 deste documento, por meio de discussões com seus filiados ou propostas destes.

Art. 2º

Os infractores do presente código sujeitar-se-ão às penas nele previstas.

CAPITULO II PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 3º

O Pastor é o Ministro de Cristo, que actua na pregação e ensino da Palavra de Deus, no ministério eclesiástico, reabilitando e aperfeiçoando vidas, sem discriminação de qualquer natureza.

Art. 4º

O Pastor compromete-se com o bem-estar das pessoas sob seus cuidados, utilizando todos os recursos lícitos e éticos disponíveis, para proporcionar o melhor atendimento possível agindo com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade, assumindo a responsabilidade por qualquer acto ministerial ou pessoal do qual participou.

Art. 5º

O Pastor tem o dever de exercer seu ministério eclesiástico com honra, dignidade e a exacta compreensão de sua responsabilidade, devendo, para tanto, ter boas condições de trabalho, fazendo jus à remuneração justa.

1 Timóteo 5.18: Pois a Escritura declara: Não amordaces o boi, quando pisa o trigo. E ainda: O trabalhador é digno do seu salário.

Art. 6º

O Pastor deve aprimorar sempre seus conhecimentos e usar, no exercício de seu ministério, o melhor do progresso técnico-científico nas pesquisas bíblicas e teológicas.

Art. 7º

O Pastor deve honrar sua responsabilidade para com os outros colegas de ministério, mantendo elevado nível de dignidade e harmonioso relacionamento com todas as pessoas.

Art. 8º

O Pastor, como líder deve ter as seguintes qualidades indispensáveis:

- a. Temor a Deus
- b. Honestidade, Lealdade
- c. Cheio de Espírito e Sabedoria
- d. Determinação: sabendo o que quer e para onde vai e tendo consciência que lhe cabe tomar as rédeas quando necessário.
- e. Persistência: não deixando os projectos no meio do caminho, não desistindo diante das dificuldades, mas buscando a conquista dos objectivos.
- f. Visão: sendo capaz de olhar o horizonte e enxergar caminhos que a maioria não vê.
- g. Capacidade de delegar tarefas: com discernimento, capacidade de avaliar pessoas, confiança e sabedoria para cobrar resultados.

Êxodo 18.21

Procura dentre o povo homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborreçam a avareza; põe-os sobre eles por chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinquenta e chefes de dez;

Actos 6.3: Mas, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço;

1 Timóteo 3.2: É necessário, portanto, que o bispo seja irrepreensível, esposo de uma só mulher, temperante, sóbrio, modesto, hospitaleiro, apto para ensinar;

Tito 1.7: Porque é indispensável que o bispo seja irrepreensível como despenseiro de Deus, não arrogante, não irascível, não dado ao vinho, nem violento, nem cobiçoso de torpe ganância;

CAPITULO III **DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PASTOR**

Art. 9º

São direitos fundamentais do Pastor:

- a. Exercer o seu ministério pastoral sem ser discriminado por questões de cor, raça, ordem política, social, económica ou de qualquer outra natureza;
- b. Ter condições de trabalhar em ambiente que honra e dignifica seu ministério;
- c. Guardar com cuidado o segredo de ordem profissional;
- d. Ser avisado de qualquer denúncia ou documento que a Igreja vier a receber sobre sua pessoa ou ministério;
- e. Defender-se em processo ou julgamento a seu respeito;
- f. Ser avisado por colega que sabe de informações ou factos que venham desabonar ou desacreditar o seu nome, ministério ou família;
- g. Recusar submeter-se a directrizes contrárias ao exercício digno, ético e bíblico do ministério pastoral;
- h. Exercer o ministério com liberdade dentro dos princípios estabelecidos.

Cfr. Acta da 15ª Assembleia Geral, Damba 1997.

CAPITULO IV **DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO PASTOR**

Art. 10º

Constituem deveres fundamentais do pastor:

1. Exercer o ministério mantendo comportamento digno, zelando e valorizando a dignidade do ministério pastoral;
2. Manter actualizados os conhecimentos bíblicos, teológicos, ministeriais e culturais necessários ao pleno exercício da sua função ministerial;
3. Zelar pela saúde espiritual e pela dignidade das pessoas que lidera e com quem se relaciona no exercício de seu ministério;
4. Guardar segredo profissional, resguardando a privacidade das pessoas que sejam ou não membros da Igreja local que pastorea;
5. Promover a saúde espiritual colectiva no desempenho de suas funções, independentemente de exercer o ministério dentro ou fora do âmbito eclesiástico, bem como no âmbito denominacional;
6. Lutar pela harmonia entre os colegas do ministério;
7. Abster-se da prática de actos que impliquem mercantilização do ministério pastoral e eclesiástico ou sua má conceituação;

8. Não utilizar indevidamente o conhecimento obtido em aconselhamento ou prática ministerial equivalente ou mesmo o conhecimento teológico e da autoridade emanada do cargo ou função ministerial, como instrumento de manipulação de pessoas ou obtenção de favores pessoais, económicos ou familiares;
9. Assumir responsabilidade pelos actos praticados;
10. Para corrigir o erro de um irmão na fé ou colega de ministério, nunca fazer ou utilizar denúncias anónimas, mas seguir os princípios bíblicos, especialmente os descritos em Mateus 18:15-17;
11. Evitar de tomar decisões não consensuais;
12. Não ser conivente com erros doutrinários ou ministeriais;
13. Não anunciar e utilizar títulos que não possui;
14. Não utilizar dados imprecisos, não comprovados ou falsos para demonstrar a validade de prática ministerial ou de argumentos em sermões, palestras, etc.
15. Não divulgar publicamente, nem a terceiros reservadamente, casos que estão sendo tratados ministerialmente ou em aconselhamento, mesmo que omita nomes;
16. Responsabilizar-se por toda informação que divulga e torna pública ou a terceiros reservadamente;
17. Não utilizar palavras grosseiras e torpes na pregação, em palestras e no trato público;
18. Não aceitar serviço ou actividade ministerial que saiba estar entregue a outro Pastor, sem conhecer as razões da substituição ou da impossibilidade do substituído;
19. Quando convidado a pregar, dar palestras, consultoria ministerial ou qualquer outro serviço em Igreja local que possua o próprio Pastor, indagar de quem faz o convite, se o Pastor concordou com o convite e, em seguida, procurar o Pastor e acertar com ele os detalhes da tarefa a exercer;
20. Indemnizar prontamente o prejuízo que causar, por negligência, erro inacusável ou dolo;
21. Apresentar-se ao público de modo compatível com a dignidade do ministério pastoral, sendo cumpridor de seus compromissos e sóbrio em seu procedimento;
22. Evitar, o quanto possa, que membros da igreja que pastoreia, pratiquem actos reprovados pelas leis do País e pelos princípios éticos Bíblicos;
23. Evitar pronunciamento tendencioso ou discussão estéril sobre assuntos doutrinários e ministeriais;

1 Timóteo 1.4

nem se ocupem com fábulas e genealogias sem fim, que, antes, promovem discussões do que o serviço de Deus, na fé.

Tito 3.9

Evita discussões insensatas, genealogias, contendas e debates sobre a lei; porque não têm utilidade e são fúteis.

24. Consultar o Colégio pastoral, quando em dúvida sobre questões não previstas neste Código;

25. Actuar com absoluta imparcialidade em todo aspecto ministerial e envolvimento denominacional, não ultrapassando os limites de uma atribuição e competência, quando no exercício de cargos electivos ou executivos, eclesiásticos ou denominacionais;
26. Não encobrir o erro ou a conduta antiética do outro pastor;
27. Não utilizar a sua posição para impedir que seus subordinados e membros da Igreja actuem dentro dos princípios éticos Bíblicos;
28. Não se aproveitar de situações decorrentes do relacionamento pastoral para obter vantagens financeiras, políticas ou de qualquer outra natureza;
29. Abster-se de patrocinar causa contrária à ética Bíblica e às leis do País, que venham prejudicar a reputação do ministério pastoral;
30. Evitar a participação em demandas judiciais contra irmãos na fé, colegas no ministério, igrejas, entidades, instituições ou qualquer órgão denominacional, conforme princípios ético-cristãos em I Coríntios 6.1-11;

Parágrafo único – No caso de demanda justa ou reclamação contra Igreja, entidade, instituição ou executivos no exercício de sua função, o Pastor deverá preferir utilizar-se dos órgãos cristãos, preferencialmente, eclesiásticos, para apresentar suas reclamações e exigências.

CAPITULO V DEVERES DO PASTOR PARA COM A SUA VIDA PESSOAL

Art. 11°

Em relação à sua vida pessoal o Pastor deve:

1. Desenvolver uma vida devocional, aplicando-se contínua e regularmente à oração e ao estudo da Palavra de Deus (1 Tm 4:7; At 6:4);
2. Ser estudioso, mantendo-se actualizado com o pensamento teológico, a literatura bíblica e a cultura geral (2Tm 4:17; 1Tm. 3:2), participando, na medida de suas condições, em encontros, conferências, que contribuam para o crescimento de seu ministério;
3. Cultivar continuamente a renovação de sua mente de modo a prepará-la para enfrentar os diversos desafios de sua vida como ministro de Deus, perseverando na manutenção da pureza dos seus pensamentos;
4. Desenvolver dependência contínua da acção de Deus, deixando de lado sentimentos que contrariem essa dependência, como ódio, a vingança, o rancor, a mágoa, a agressividade, o espírito crítico negativista;
5. Como líder moral e espiritual do povo de Deus, desenvolver a sua vida interior e o seu carácter de modo a ser um modelo de conduta em todos os sentidos e um exemplo de pureza em suas conversações e atitudes (1 Pedro 5:3; 1 Tm. 4:12);
6. Manter a sua saúde física e emocional com bons hábitos de alimentação e o devido cuidado do seu corpo, porque o corpo é o templo do Espírito Santo e para que possa cumprir a gloriosa missão que lhe foi confiada por Deus nesta vida (1 Coríntios 3:16, 17; 6:19; 2 Timóteo. 4:7, 16; Romanos 12:1);

7. Administrar bem o seu tempo de modo a equilibrar obrigações pessoais, deveres eclesiais e responsabilidades familiares;
8. Ser honesto e responsável em sua vida financeira, pagando em dia todos os seus compromissos, não procurando benefícios ou privilégios por ser pastor, ofertando generosamente para as boas causas e adoptando um estilo cristão de vida, pautada pela simplicidade e amor;
9. Ser verdadeiro em sua palavra, pregando ou ensinando, jamais plagiando trabalhos de outrem, exagerando os factos, fazendo mau uso de experiências pessoais ou divulgando maledicência;
10. Ser como Cristo em atitudes e acções em relação a todas as pessoas, independentemente de raça, condição social, sexo, religião ou posição de influência dentro da igreja ou da comunidade;
11. Ter o dever fundamental de certificar-se de que suas relações familiares são justas e que se constituem exemplo de viver piedoso para toda a comunidade (1 Timóteo. 3:4-7; Lucas. 1:6; Efésios 5:28);
12. Ter cuidado com o seu temperamento, exercendo perfeito controlo sobre o seu comportamento, permitindo que o Espírito Santo o domine, sendo exemplo digno de ser imitado;
13. Ser sincero quando tiver de avaliar suas acções, não se envergonhar de confessar em que falhou e de corrigir o que errou.

CAPITULO VI DEVERES DO PASTOR PARA COM A SUA FAMÍLIA

Art. 12º

Em relação à sua família o Pastor deve:

1. Tratar com justiça todos os membros da sua família, dando-lhes o tempo, o amor e a consideração que precisam;
2. Ter como esposa uma mulher em condições de ajudá-lo no ministério (1 Timóteo 3:2, 11), uma vez que, como Pastor, ele aspira à excelente obra do episcopado;
3. Compreender o papel singular de seu cônjuge, reconhecendo sua responsabilidade e companheirismo no casamento e o cuidado dos filhos;
4. Tratar o cônjuge e filhos como estabelece a Palavra de Deus, constituindo-se exemplo para o rebanho (Efésios. 5:24-33; 6:4; 1 Timóteo 3:4,5);
5. Proceder correctamente em relação à sua família, esforçando-se para dar-lhe o sustento adequado, vestuário, a educação, a assistência médica, bem como o tempo que merece (1 Pedro 3:7; 1 Timóteo. 3:4,5; Tito 1:6; Lucas. 11:11, 13);
6. Evitar comentar, em presença dos filhos, os problemas, aflições ou frustrações da obra pastoral (1 Co. 4:1-4), demonstrando, contudo, para eles os desafios contínuos que estão presentes no ministério;
7. Reconhecer a acção de seu cônjuge, junto à família, como algo essencial, não envolvendo em tarefas eclesiais que venham comprometer seu desempenho familiar ou contrárias aos seus dons e talentos (1 Pedro 3:7).

CAPÍTULO VII DEVERES DO PASTOR PARA COM A IGREJA LOCAL

Art. 13º

Em relação à Igreja Local em que exerce o seu Ministério, o Pastor deve:

1. Tratar a igreja com toda consideração e estima, sabendo que ela é de Cristo (Ef. 5:23, 25; 1 Pe. 5:2);
2. O Pastor da IEBA deve considerar ponto de honra dedicar-se ao ministério pastoral, não participando de qualquer outra incumbência, sem conhecimento da Igreja (1 Timóteo 5:17);
3. O Pastor da IEBA é de dedicação exclusiva, não deve aceitar qualquer outro trabalho remunerado sem o expresse consentimento da Igreja (1 Timóteo 5:18; 6:9; 2 Timóteo 2:4);
4. Ser imparcial no seu trabalho pastoral, não se deixando levar por partidos ou preferências pessoais. Deve, pelo contrário, levar a Igreja a fazer somente a vontade do Senhor (1 Pedro 5:1-3; 3:2);
5. Não assumir compromissos financeiros pela Igreja local sem a sua autorização;
6. Respeitar as decisões da sua Igreja local, com prudência e amor, orientando seu rebanho e esclarecendo-o na tomada de decisões administrativas;
7. Procurar ser um pastor-servo da Igreja, segundo o exemplo de Cristo, na fé, no amor, na sabedoria, na coragem e na integridade;
8. Ser razoável e imparcial em relação a todos os membros da Igreja, no cumprimento de seus deveres pastorais, zelando pela privacidade de cada um deles;
9. Dedicar tempo adequado à oração e ao preparo, de forma a ser a sua mensagem bíblicamente fundamentada, teologicamente correta e claramente transmitida;
10. Manter rigorosa confidencialidade do aconselhamento pastoral, a não ser nos casos em que a revelação seja necessária para evitar danos às pessoas ou atender às exigências da lei, conforme normatização deste Código;
11. Procurar levar pessoas à salvação e a tornarem-se membros da Igreja, sem, entretanto, manipular os convertidos, fazer proselitismo de membros de outras Igrejas locais ou menosprezar outras Igrejas;
12. Não cobrar qualquer valor material aos membros da Igreja, pela ministração em casamentos, funerais, aniversários e outros; quanto aos não membros, estabelecer procedimentos que levem em conta oportunidades de servir e testemunhar do Evangelho;
13. Não promover ou aprovar qualquer manobra para manter-se em seu cargo, ou ainda obter, para isso, qualquer posição eclesialística; deve, antes, colocar-se exclusivamente, nas mãos de Deus para fazer o que lhe aprouver (1 Coríntios. 10:23, 31);
14. Obedecer à vontade expressa pela Assembleia Geral sobre a Igreja local em que deve realizar o seu ministério, cumprindo com os votos feitos quando da sua consagração e/ou quando da sua chamada.
15. Não insistir em permanecer numa Igreja local quando perceber que seu ministério não está contribuindo para a edificação da mesma e crescimento do Reino de Deus (Filipenses 1:24-25); N. 3
16. Não abandonar o local de trabalho sem prévio conhecimento da Igreja;

17. Apresentar sua renúncia à igreja somente quando estiver realmente convencido de que deve afastar-se do pastorado, não utilizando a renúncia como recurso para auferir vantagens pessoais ou posição política a seu favor;
18. Ao deixar uma Igreja local para outra, não deve fazer referências desairosas ou difamatórias contra a Igreja local de onde saiu e, doutro lado, não continuar a influenciar os membros desta para se revoltar contra o novo;
19. Ao substituir um colega, deve se evitar críticas destrutivas para procurar granjar a confiança dos membros;

CAPITULO VIII DEVERES DO PASTOR PARA COM O TRABALHO

Art. 14°

Em relação ao trabalho que exerce, o Pastor deve:

1. Exercer seu ministério com toda dedicação e fidelidade a Cristo (1 Coríntios 4:1,2);
2. Como servo de Cristo ao serviço da sua Igreja, portanto não receber outros pagamentos, além de seu sustento regular, por qualquer serviço que a ela preste (1 Timóteo 5:17, 18);
3. Zelar pelo decoro do púlpito, tanto quanto do seu preparo e fidelidade na comunicação da mensagem divina ao seu povo, como por sua apresentação pessoal;
4. Mencionar, sempre que possível, as fontes de que se serviu quando pregar ou escrever. A autenticidade deve ser a característica marcante na ação pastoral;
5. Nas visitas e contactos pessoais com suas ovelhas, ter elevado respeito pelo lar que o recebe e pelas pessoas com que dialoga (Colossenses 4.6);
6. Guardar sigilo absoluto sobre o que saiba em razão do aconselhamento, atendimentos e problemas daqueles que o procuram para orientação, não usando jamais, as experiências da conversação pastoral como fontes de ilustração para suas mensagens, palestras, comparações ou conversas; (1 Timóteo 3.1-6)
7. Ser imparcial no seu pastorado, quer no tratamento de problemas, quer na atenção para com os membros de sua Igreja local;
8. Empregar com fidelidade seu tempo e energia, exercendo os seus dons e talentos, adoptando convenientes hábitos de trabalho e programas feitos com racionalidade;
9. Ter consciência, como líder do povo de Deus, de que não pode saber todas as coisas e, por isso, deve assessorar-se de pessoas idôneas e capazes, inclusive colegas, que possam ajudá-lo na formulação de planos e tomada de decisões;
10. Mostrar-se pronto a receber conselho e repreensão, seja dos seus colegas de ministério, seja de seus irmãos não ministros, todas as vezes que a sua conduta for julgada repreensível;
11. Respeitar as horas de trabalho dos membros da sua Igreja local, evitando procurá-los ou incomodá-los em seu local de trabalho, para tratar de assuntos de menos importância ou adiáveis (Eclesiásticas 3:1, 11);
12. Não fazer proselitismo de membros de outras igrejas ou Igreja locais;

13. Informar à pessoa que lhe pedir conselhos, de forma clara e inequívoca, quanto aos eventuais riscos de suas pretensões e as consequências que poderão lhe advir de alternativa das decisões que tiver de tomar como resultado de aconselhamento pastoral;
14. Ao aconselhar, ter cuidado de não decidir pelo aconselhado, ou emitir conceitos sobre pessoas denunciadas, antes de ouvi-las.

CAPITULO IX – DEVERES DO PASTOR PARA COM A IGREJA EM GERAL

Art. 15°

Em relação a Igreja em geral o Pastor deve:

1. Manter-se leal aos Ideais da IEBA, à sua Constituição, As resoluções da Assembleia-geral e seus regulamentos;
2. Prestar sua cooperação leal em todos cargos que a Igreja lhe nomear em qualquer posição;
3. Trabalhar para melhorar a Igreja em seus esforços por expandir e estender o reino de Deus;
4. Cumprir os seus deveres na Igreja de modo a não comprometer a eficiência do seu trabalho pastoral na Igreja local, sua vida pessoal, familiar, matrimonial e doméstica;
5. Não utilizar sua influência de posição, cargo ou título, para aliciamento e/ou encaminhamento de pessoas para serem empregadas em instituições entidades eclesásticas.
6. Não desrespeitar entidades ou instituições da Igreja, injuriar ou difamar seus dirigentes;
7. Não procurar atingir qualquer posição, agindo deslealmente ou contrário aos princípios éticos Bíblicos;
8. Não se prevalecter da sua posição na liderança da Igreja para impor sua vontade, ou de grupos que representa;
9. Jamais deve criticar publicamente a IEBA, e, se assim desejar fazer, procurar as autoridades constituídas pela Igreja, ou utilizar os meios normatizados por órgão competente.

CAPITULO X

DEVERES DO PASTOR QUANDO EXERCE ACTIVIDADES EM INSTITUIÇÕES ECUMÉNICAS

Art. 16°

Em relação ao exercício de actividades a nível de outras instituições, com cargo electivo, como indicado ou como empregado, o Pastor não deve:

1. Comprometer a Igreja que o credencia no exercício das suas funções;
2. Servir-se desta posição para promoção própria ou vantagens pessoais ou familiares;
3. Solicitar nomeações em organizações de género, a não ser recomendado pela Igreja;
4. Prejudicar moral ou materialmente a entidade ou instituição;
5. Usar o nome da entidade para promoção de produtos comerciais sem que os mesmos tenham sido testados e comprovados a sua eficácia na forma da lei;

6. Desrespeitar a entidade ou instituição, injuriar ou difamar os seus dirigentes.
7. Usar sua posição para coagir a opinião de colega ou de subordinado;
8. Usar a sua posição ou título pastoral para garantir sua vaga funcional, em entidade denominacional, ou para impedir processo de avaliação de seu desempenho, ou sua demissão;
9. Usar seus títulos ou posição para desmoralizar ou denegrir imagem do líder da instituição, que tenha lhe aplicado alguma pena funcional ou mesmo a sua demissão;
10. Servir-se de sua posição hierárquica para obrigar subordinados a efectuar actos em desacordo com a lei, com este código ou com princípios éticos bíblicos;
11. Valer-se da sua influência política ou ministerial em benefício próprio ou de outrem, devendo evitar qualquer actividade que significa o aproveitamento dessa influência para o mesmo fim;
12. Patrocinar interesses de pessoas conhecidas ou parentes, que tenha negócios, de qualquer natureza, com a Instituição, em função do cargo que ocupa na mesma;

Art. 17º

O Pastor deverá manter o sigilo profissional no exercício de cargo ou função dentro de qualquer instituição;

CAPITULO XI DOS DEVERES DO PASTOR PARA COM OS SEUS COLEGAS DE MINISTÉRIO

Art. 18º

O relacionamento entre os pastores deve se basear no amor fraterno, no respeito mútuo, na liberdade e independência ministerial de cada um. Assim, de modo geral, em relação aos seus colegas de ministério, o Pastor deve:

1. Procurar relacionar-se bem com todos os pastores, especialmente aqueles com quem trabalha na Igreja local ou Igreja, como participantes na obra de Deus, respeitando-lhes o ministério e com eles cooperando;
2. Procurar servir aos colegas de ministério e suas famílias, mediante conselho, apoio e assistência pessoal;
3. Recusar-se a tratar outros pastores como competidores, a fim de conseguir uma Igreja local, receber uma honraria ou alcançar sucesso estatístico;
4. Considerar todos os seus colegas como cooperadores na causa comum, e não menosprezará, nem discriminar nenhum deles sob qualquer forma (Mt 23:8; 7:12; Fp. 2:3; 1 Co. 3:5,7,9);
5. Ser fiel em suas recomendações de outros pastores para posições na Igreja e para o exercício de outras funções;
6. Cultivar, com os colegas, hábitos de franqueza, cortesia, hospitalidade, diplomacia, boa vontade, lealdade e cooperação, dispondo-se a ajudá-los em suas necessidades (João 15:17; Romanos. 12.9, 10, 17, 18; Provérbios 9.8, 9);

CAPÍTULO XII

DEVERES DO PASTOR QUANDO EXERCE O MINISTÉRIO COLEGIAL

Art. 19º

- Em relação aos colegas que trabalham na mesma Igreja local, ou direcção, quando titular, deve:
1. Relacionar-se bem com todos os pastores que trabalham juntos, considerando-os como participantes na obra de Deus, respeitando-lhes o ministério e com eles cooperando;
 2. Servir aos colegas do ministério e suas famílias, mediante conselho, apoio e assistência pessoal;
 3. Recusar-se a tratar os outros pastores como competidores, a fim de receber uma honraria ou alcançar sucesso ministerial;
 4. Negar-se a falar, desairosoamente sobre as pessoas ou o ministério de outro pastor que trabalham juntos;
 5. Não utilizar sua posição de liderança para forçar ou coagir o colega no ministério local;

Art. 20º

Em relação aos colegas de ministério o Pastor, quando não for titular, deve:

1. Ser leal ao pastor titular e a ele apoiar, e se não for possível por motivo doutrinário ou de consciência, deve comunicar isto aos superiores hierárquicos, em vez de lhe fazer oposição;
2. Ser leal e colaborador para demais colegas membros do colégio local;
3. Reconhecer seu papel e responsabilidade no ministério, e não se sentir ameaçado ou em competição, em relação a outros pastores;
4. Manter bom relacionamento com outros irmãos responsáveis do órgão que dirige;
5. Orientar bíblicamente os membros que venham lhe apresentar suas discordâncias com o Pastor titular, trabalhando para gerar um ambiente de conciliação entre as partes;

Parágrafo Único – O Pastor titular não fica excluído do dever de avaliar o desempenho dos membros da sua equipa pastoral, mesmo diante da direcção local ou demais órgãos da Igreja local, devendo estabelecer claramente com a equipa pastoral os critérios de sua avaliação e apresentando sua avaliação antes, preferencialmente, em particular, aos seus colegas da equipa.

Art. 21º

O pastor titular não deve utilizar a sua amizade para mobilizar movimentos ou pessoas contra colega membro da sua equipa, mantendo-o sempre informado de opiniões que lhe são contrárias e se colocando à sua disposição para ajudá-lo na solução dessas situações.

Art. 22º

No exercício do ministério, o Pastor líder ou liderado, não deve prevalecer do título pastoral para se eximir de compromissos e responsabilidades inerentes à função que exerce ou se considerar isento de se sujeitar à hierarquia inerente ao trabalho que se propôs realizar.

CAPITULO XIII
DEVERES DO PASTOR PARA COM A SOCIEDADE E A POLITICA

Art. 23º

Em relação à sociedade o Pastor deve:

1. Ser prudente ao relacionar-se com as pessoas, principalmente no que diz respeito a questões sexuais e afectivas (1Tm 5.1, 2);
2. Ser participante da vida da comunidade em que a Igreja ou a Igreja local estiver localizada, identificando-se, quando possível, com sua causa e, da mesma forma, solidarizando-se com os anseios de seus moradores, procurando apoiá-los quanto possível nos esforços para satisfação deles;
3. Imprimir em sua comunidade, mediante exemplo de vida, o espírito de altruísmo e participação;
4. Agir dentro do espírito cristão, sem discriminar qualquer pessoa, quando estiver presente às comemorações e celebrações cívicas que ocorrem na sua comunidade;
5. Praticar a cidadania cristã responsável, sem engajar-se em partidos políticos ou actividades políticas;
6. Dar apoio à moralidade pública na comunidade, por meio de testemunho responsável e de acção social;
7. Aceitar responsabilidades ao serviço da comunidade, compatíveis com os ideais bíblicos, reconhecendo que o pastor também tem um ministério público;
8. Considerar como sua responsabilidade principal ser pastor da Igreja e não negligenciar deveres pastorais para servir na comunidade;
9. Ser obediente às leis do Estado, desde que elas não exijam sua desobediência à lei de Deus;
10. Abster-se do compromisso com organizações políticas, ou não, cujas principais actividades sejam conflitantes com o Evangelho de Cristo;
11. Desligar-se do ministério pastoral e actividades de liderança, se e quando, por projectos pessoais, resolver candidatar-se a cargos públicos, executivos, não tirando proveito de sua função eclesial para tais finalidades.

CAPITULO XIV SIGILO NO EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 24°

O sigilo protegerá a pessoa atendida em tudo o que o Pastor ouve, vê ou de que tem conhecimento como decorrência do exercício de sua actividade pastoral.

Art. 25°

O Pastor deve guardar sigilo, mesmo em depoimento judicial, sobre o que saiba em razão de seu exercício ministerial, cabendo-lhe recusar-se a depor como testemunha em processo no qual ocorra situação em que serviu no aconselhamento ou orientação pastoral.

CAPITULO XV OBSERVÂNCIA, APLICAÇÃO E CUMPRIMENTO DESTE CÓDIGO DE ÉTICA

Art. 26°

O julgamento das questões relacionadas à transgressão dos preceitos deste Código será realizado pelo Colégio Pastoral, cabendo aos Colégios dos Pastores do Centro, da Região darem os primeiros encaminhamentos com vista a recuperar o Pastor faltoso ou promover a conciliação, quando mais pessoas estiverem envolvidas.

CAPITULO XVI SANÇÕES E AGRAVANTES APLICÁVEIS

Art. 27°

Os preceitos deste Código são de observância obrigatória e a sua violação sujeitará o infractor e quem, de qualquer modo, com ele concorrer, ao seguinte:

1. Advertência particular;
2. Censura pública;
3. Suspensão das funções pastorais por um tempo determinado.
4. Não constar na lista das colocações
5. Afastamento do corpo pastoral da IEBA

Art. 28°

Para além do que foi estipulado anteriormente, consideram-se também passíveis da aplicação de uma sanção o seguinte:

1. Recusa da colocação do Pastor;
2. Ausência no lugar de trabalho por um período superior a 30 dias, sem justificação e sem autorização do seu responsável superior;

3. Roubo ou aproveitamento dos bens da Igreja para o benefício próprio;
4. Imputar alguém factos anti éticos de que o saiba inocente e manchar o bom nome do seu colega.

CAPITULO XVII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29º

O Pastor poderá requerer desagravo público à Assembleia Geral quando se sentir atingido publicamente e injustamente, no exercício do ministério pastoral ou em sua vida pessoal e familiar.

Art. 30º

A alegação de ignorância ou a má compreensão dos preceitos deste Código não exime de penalidade o infractor.

Art. 31º

O Colégio pastoral e a Assembleia Geral tratarão todas as omissões deste Código de ética pastoral

Art. 32º

O presente Código de ética só poderá ser alterado pela Assembleia Geral sob proposta do Colégio pastoral;

Luanda, aos 20 de Agosto de 2011.